

Fraternidade e Políticas Públicas



Políticas públicas, direitos sociais e papel do Estado

Pág. 3

Luiza Erundina de Sousa

Campanha da Fraternidade 2019

Pág. 13

Luis Fernando da Silva

Fraternidade e políticas públicas

Pág. 23

Nicolau João Bakker

Teologia do Evangelho de Lucas: um caminho sempre atual

Pág. 31

Aíla Luzia Pinheiro de Andrade

Maria Nivaneide de Abreu Lima

Roteiros homiléticos Pág. 39

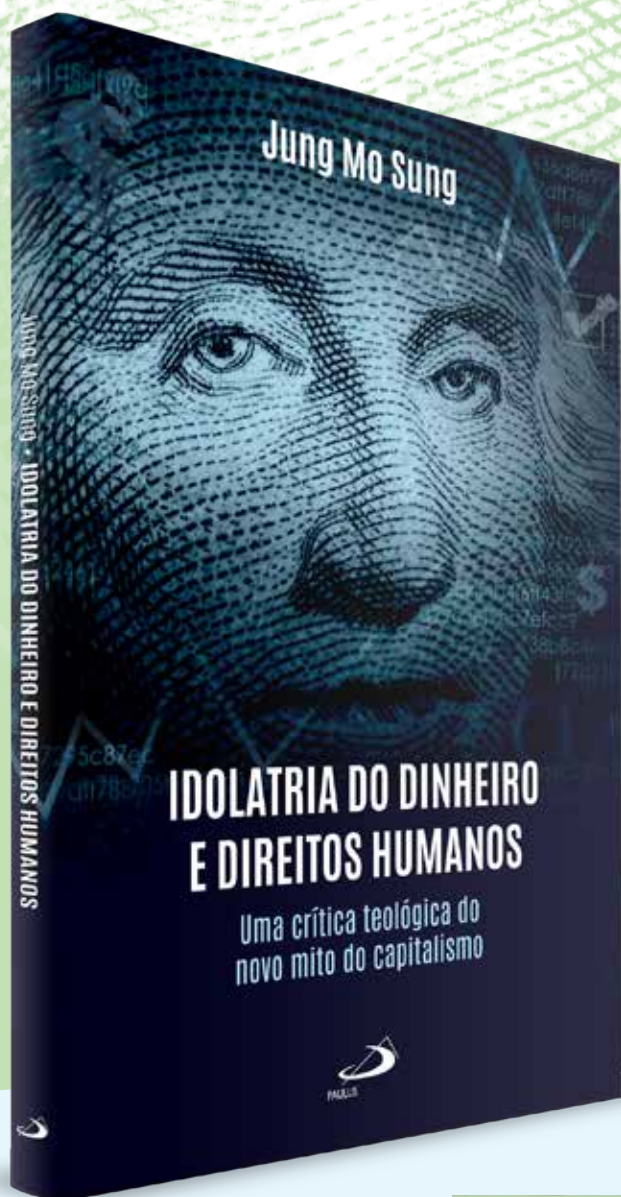
Luiz Alexandre Solano Rossi (Pág. 39-50)

Aíla Luzia Pinheiro de Andrade (Pág. 50-64)

ISSN 0507-7184



9 770507 718005 02



256 páginas

IDOLATRIA DO DINHEIRO E DIREITOS HUMANOS

Uma crítica teológica do
novo mito do capitalismo

O novo livro do
Professor Jung Mo Sung.

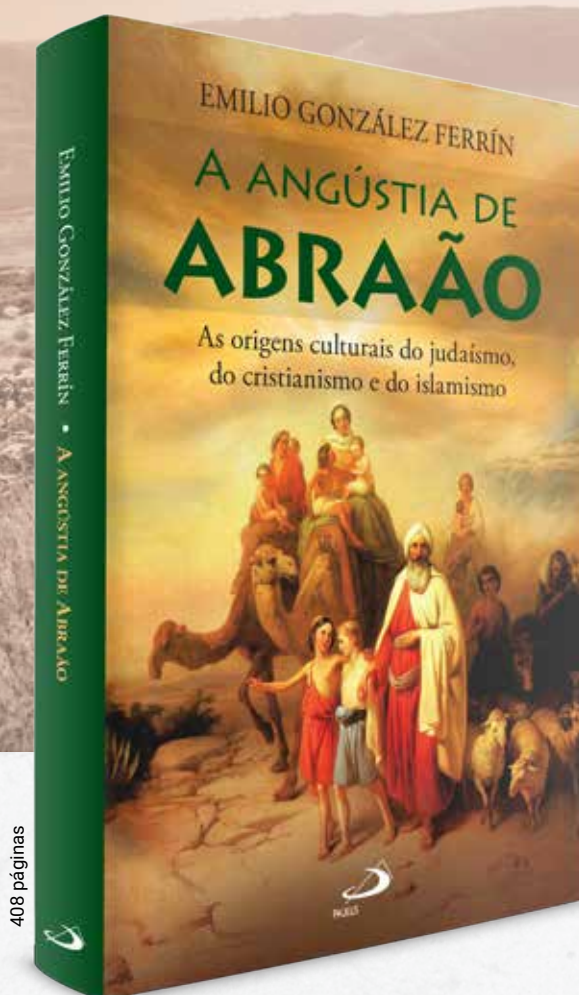
Foi inspirado no empenho do Papa Francisco em construir uma "Igreja pobre, para os pobres" que o professor Jung Mo Sung escreveu o seu novo livro, recém-lançado pela PAULUS. Na obra, ele analisa o surgimento de um novo mito do capitalismo, de linha neoliberal, que nega os direitos humanos em detrimento do "direito do consumo", explicando por que essa é uma visão equivocada de mundo e qual o papel da Igreja diante do cenário atual. Confira!



*"É urgente recuperar a humanidade
de todos os seres humanos."*

Jung Mo Sung, na introdução do livro.

UM ESTUDO CONTUNDENTE SOBRE A ORIGEM DO JUDAÍSMO, DO CRISTIANISMO E DO ISLÃ.



408 páginas

A angústia de Abraão **As origens culturais do judaísmo, do cristianismo e do islamismo** *Emilio González Ferrín*

A partir da imagem da "angústia de Abraão", construída pelo filósofo Kierkegaard no clássico *O temor e o tremor*, Emilio Ferrín navega pela origem e a evolução do judaísmo, do cristianismo e do islã. A ideia é propor uma mudança de paradigma que possibilite o estudo racional e científico da religião na história. Leitura fundamental para interessados e estudiosos de Teologia e de Ciências da Religião.

Liturgia Diária

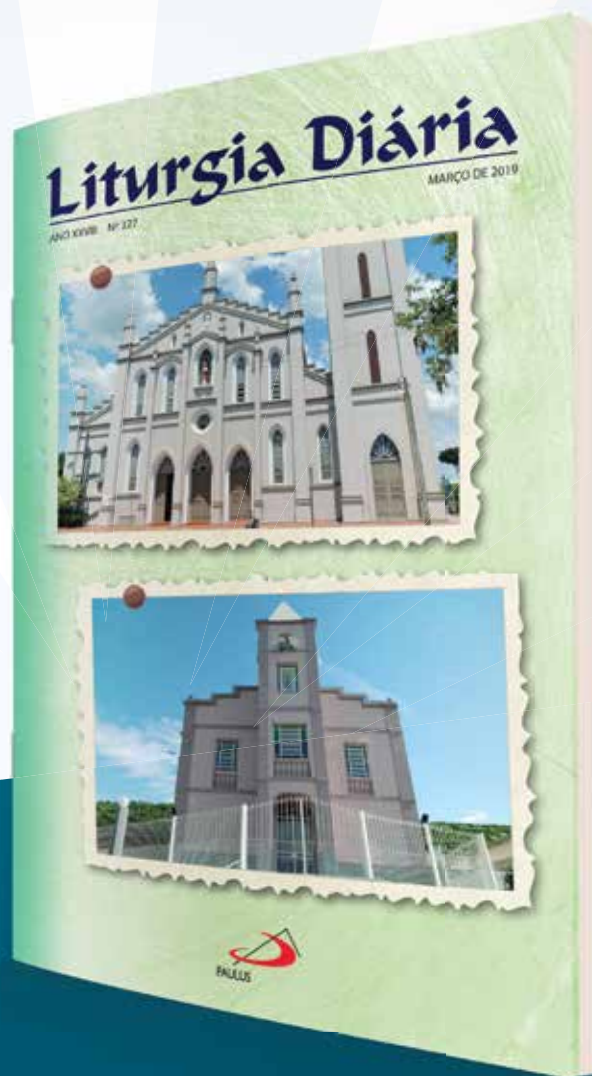


Assine já!

11 3789-4000

0800-164011

assinaturas@paulus.com.br



**celebração
da missa**



**dicas de
reflexão**



cantos



preces



**dias dos
santos**



**orações
eucarísticas**

  
[@editorapaulus](https://www.instagram.com/editorapaulus)

A nossa palavra é **comunicação!**
paulus.com.br


PAULUS

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

Jesus, em seu ministério, tinha em primeiro lugar os pobres e sofredores: “Ele sempre se mostrou cheio de misericórdia pelos pequenos e pobres, pelos doentes e pecadores, colocando-se ao lado dos perseguidos e marginalizados” (Prefácio da Oração Eucarística VI-D). Nisso consiste a prioridade do ministério pastoral do Nazareno. Daí ter de enfrentar, por diversas vezes, perseguições por parte da elite do seu tempo.

Ainda hoje, mesmo entre os que participam das pastorais, há certas controvérsias quanto ao entendimento dessa opção fundamental de Jesus. Há quem pense que uma concepção assim causaria revanche e divisões no seio da Igreja, opondo ricos e pobres. Há até quem acuse certos membros da Igreja de comunistas, de partidários e tantos outros adjetivos, o que em nada contribui para o anúncio da boa notícia.

Jesus, o enviado do Pai, acolhe a todos. No entanto, seus gestos misericordiosos e compassivos se poderiam comparar ao amor de mãe. A mãe ama os filhos igualmente. Contudo, dispensa atenção especial ao filhinho mais debilitado, aquele que tem a saúde frágil, por exemplo. A mãe sabe que ele precisa de cuidados exclusivos, não por ser melhor do que os outros, mas porque é frágil. Isso é bíblico. A Sagrada Escritura, do começo ao fim, pede atenção especial ao estrangeiro, à viúva e ao órfão, as categorias mais frágeis no contexto bíblico e que a comunidade tem o dever de assistir. É assim que Jesus faz: “Venham a mim, todos vocês que andam cansados e curvados pelo peso do fardo, e eu lhes darei descanso” (Mt 11,28).

Desde o início da comunidade cristã, os seguidores de Jesus tinham isso muito claro. São Paulo Apóstolo, relatando a sua vo-

cação de anunciar o evangelho aos pagãos, isto é, aos de fora nas “periferias geográficas e existenciais”, expressa: “E reconhecendo a graça que me fora concedida, Tiago, Cefas e João, os notáveis considerados como colunas, estenderam a mão para mim e para Barnabé, em sinal de comunhão. Assim, nos dirigiríamos às nações, e eles aos circuncidados. Apenas recomendaram que nos lembrássemos dos pobres, o que aliás eu mesmo propusera fazer com todo o cuidado” (Gl 2,9-10).

A mentalidade mundana, do poder e dos privilégios da fama, por vezes faz o jogo sujo de nos anestesiarmos diante de realidades que nos pedem atitude. O amor de Jesus, porém, não tolera inércia diante do outro humilhado na própria carne por ser pobre, migrante, encarcerado ou diferente.

Nesse sentido, esta edição de *Vida Pastoral* quer colaborar para a reflexão acerca do tema da Campanha da Fraternidade deste ano: “Fraternidade e políticas públicas”. Trata-se de assunto de suma importância, que toca diretamente os problemas dos socialmente fragilizados em nosso país. As políticas públicas têm que ver com a promoção do bem-estar dos mais pobres.

No momento em que, tanto na esfera estadual como federal, novos atores assumiram cargos públicos, cabe-nos a vigilância e o empenho para que direitos conquistados com luta e às duras penas não sejam banidos por interesses outros que impõem fardos pesados aos pobres e trabalhadores. O artigo sobre a “teologia do Evangelho de Lucas” e os roteiros homiléticos também contribuem para que nossa fé seja viva e atuante.

Cordialmente!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Editor

Editora	PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Jornalista Responsável	Valdir José de Castro, ssp
Editor	Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Conselho editorial	Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp Claudio Avelino dos Santos, ssp Darci Luiz Marin, ssp Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Ilustrações	Patrícia Campinas e Luis Henrique Alves Pinto
Editoração	Fernando Tangi
Revisão	Alexandre Santana e Iranildo Bezerra

Assinaturas	assinaturas@paulus.com.br (11) 3789-4000 • WhatsApp: 99974-1840 Rua Francisco Cruz, 229 Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação	© PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184 vidapastoral@paulus.com.br paulus.com.br / paulinos.org.br vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica. Área: Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista *Vida Pastoral* é distribuída gratuitamente pela Paulus.

A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livreria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br
Tel.: (11) 3789-4000
WhatsApp: 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para:
Revista *Vida Pastoral* – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 300-X, conta 105555

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRÁSILIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montaury, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75
Barris (71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Políticas públicas, direitos sociais e papel do Estado

Luiza Erundina de Sousa*

As políticas públicas são forte motivação, capaz de articular os diferentes, amplos e difusos interesses manifestados, de forma organizada, pelos movimentos sociais. Estes se relacionam com as políticas públicas, deixando transparecer a complexidade da participação da sociedade na tomada de decisões, no encaminhamento de ações governamentais e no controle e fiscalização de sua implementação.

*Luiza Erundina de Sousa é assistente social pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e deputada federal (PSOL-SP). Foi vereadora, deputada estadual, prefeita do município de São Paulo pelo PT e ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal no governo Itamar Franco.

Introdução

No sistema capitalista, a sociedade é formada por classes sociais que ocupam posições de dominação ou de subordinação na hierarquia social, conforme a condição econômica dos que compõem cada uma delas. Em consequência dessa polarização, os interesses dessas classes



são contraditórios ou antagônicos e a mediação entre eles é feita pelo Estado.

Embora seja, teórica e conceitualmente, considerado como árbitro entre os interesses conflitantes das classes sociais, o Estado tende sempre a decidir e agir no sentido de favorecer os que detêm maior poder econômico, os patrões, em detrimento dos que estão em condição economicamente inferior, os trabalhadores. Entretanto a mediação dos interesses de classe feita pelo Estado não é cristalizada; depende da correlação de forças existente em determinado momento ou conjuntura e que resulta de um processo dialético.

Historicamente, o Estado brasileiro, cujo caráter é elitista, autoritário e centralizador, tem orientado sua ação pela dinâmica do processo econômico, atuando sempre a favor da reprodução do capital (lucros) e como controlador das legítimas reivindicações dos trabalhadores e dos setores populares em geral. Um dos mecanismos usados pelo Estado para exercer esse controle têm sido as políticas públicas, vistas como concessões, e não como conquistas ou direitos. Ao contrário disso, as políticas públicas, numa sociedade verdadeiramente democrática, são a resposta do Estado às demandas dos cidadãos e cidadãs, enquanto direitos sociais.

Na medida em que os setores populares da sociedade tomam consciência dos seus direitos e de sua força, têm início as lutas reivindicativas e a organização dos movimentos sociais, que passam a se relacionar com o Estado de forma autônoma e independente, transformando, dialeticamente, a própria relação entre Estado e sociedade civil.

A partir daí, o Estado é forçado a atender às demandas da população, o que não significa, necessariamente, avanço na democratização das relações entre Estado (sociedade política) e sociedade civil. Enquanto não mu-

dar o caráter historicamente assistencialista das políticas públicas, por meio das quais o Estado responde às demandas dos setores populares, não se pode afirmar que as relações entre povo e governo sejam democráticas nem, muito menos, que haja respeito aos plenos direitos de cidadania.

Com o avanço dos movimentos sociais, surgem novas formas de organização e de exercício da cidadania; formas diretas e descentralizadas de participação, que questionam o autoritarismo do Estado e exigem democracia e respeito à vontade popular. Assim, esses movimentos se propõem o desafio de construir uma esfera pública que amplie o espaço de decisão da so-

ciedade civil organizada e aponte na direção de uma ordem política verdadeiramente democrática. Trata-se, portanto, da construção de um espaço onde as diferentes forças sociais e políticas se confrontam e travam suas lutas em defesa do interesse público.

Nesse sentido, as políticas públicas se tornam forte motivação, capaz de articular os diferentes, amplos e difusos interesses manifestados, de forma organizada, pelos movimentos sociais. Estes se relacionam com as políticas públicas, deixando transparecer a complexidade da participação da sociedade na tomada de decisões, no encaminhamento de ações governamentais e no controle e fiscalização de sua implementação. Assim, os movimentos sociais constituem espaços de organização social e política da sociedade civil, em suas diferentes formas de ação coletiva voltadas à construção da democracia, e de um sistema político que propicie a criação de dignos padrões de convivência e de sobrevivência para as classes populares.

Com a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o mundo do trabalho, o proletariado perdeu espaço como força social. A automação, a robotização, o desemprego em

**“Os movimentos
sociais constituem
espaços de
organização
social e política
da sociedade civil,
em suas diferentes
formas de ação”**



massa etc. geraram incertezas e perplexidade nas classes trabalhadoras em todo o mundo. Acrescentem-se a essa conjuntura as reformas políticas do Estado e do novo ordenamento jurídico, que levaram à desregulamentação das relações entre capital e trabalho e à redução dos direitos sociais. Em razão disso, os movimentos sociais adquirem maior importância e assumem novo protagonismo como “sujeitos coletivos” na luta em defesa de políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da população, tendo em vista as necessidades básicas como saúde, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, transporte, segurança e outras tais como igualdade de gênero, de raça, de etnia e de respeito às conquistas e à garantia de direitos.

Na década de 1990, ao aderir ao neoliberalismo e buscar atender às novas exigências do mercado globalizado, o Estado brasileiro se submete, de forma radical, às orientações de políticas econômicas neoliberais ditadas pelos organismos internacionais, como FMI, por exemplo, sujeitando-se à lógica do mercado. Promove amplo programa de privatizações, corte nos gastos sociais, criação de impostos e forte redução das políticas sociais, restringindo os recursos destinados a atender aos segmentos excluídos da população.

Além disso, as decisões governamentais sobre políticas públicas mantêm-se centralizadas na esfera federal, desrespeitando o princípio constitucional de descentralização. Por isso, novo pacto federativo precisa ser celebrado, de modo a fortalecer, política e institucionalmente, as outras duas esferas de poder do Estado, sobretudo os municípios, que historicamente sempre foram esvaziados de poder, exatamente por serem a instância mais próxima dos cidadãos e, como tal, passível de ser diretamente pressionada pelas demandas populares e controlada pela sociedade com maior facilidade. Não basta, entretanto, descentralizarem-se prerrogativas, funções e decisões. É necessário também

Haitianos no Brasil e a sua relação com a comunicação, o consumo e o trabalho

Cristóvão Domingos de Almeida



Este livro aborda um fenômeno recente dos processos migratórios, com influência direta sobre a sociedade brasileira: a vinda de haitianos para o Brasil. O estudo desse fenômeno é feito a partir de uma conexão com o consumo de mídia como base informacional para o acesso ao mundo do trabalho.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



a transferência de recursos públicos suficientes para que estados e municípios possam cumprir a contento as responsabilidades que lhes foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988 com a descentralização.

Ademais, registre-se o empenho da sociedade civil brasileira na construção da esfera pública de participação, base essencial da democracia, que, por sua vez, deve expressar a complexidade da sociedade e supõe a presença ativa do sujeito político coletivo. Com efeito, a esfera pública contribui para que os cidadãos identifiquem seus interesses comuns, definam a melhor forma de coordená-los e direcioná-los para o centro das decisões políticas, nas quais adquirem legitimidade. É na esfera pública, portanto, que a sociedade civil exercita a democracia participativa na relação com o Estado.

“É na esfera pública que a sociedade civil exercita a democracia participativa na relação com o Estado”

1. A realidade brasileira na perspectiva dos direitos sociais e das políticas públicas na atual conjuntura

Para compreender a realidade brasileira na atual conjuntura, é necessário voltar no tempo para identificar fatos e situações cujos reflexos se fazem sentir no presente e projetam luz sobre o futuro, sempre em relação aos direitos sociais e às políticas públicas.

Destacaria, entre outros, os seguintes acontecimentos:

1.1. Jornadas de Junho

Em junho de 2013, no Brasil, sem que ninguém esperasse, sem líderes partidários ou sindicais e sem o apoio da mídia, explodiu de forma espontânea, pelos quatro cantos do país, um grito de indignação e revolta motivado inicialmente pelo aumento de 20 centavos no preço das tarifas de ônibus, difundindo-se pelas redes sociais e levando multidões a ocupar as ruas em mais de 350 cidades brasileiras.

“Passe livre” era a principal palavra de ordem ouvida, por entenderem os manifestantes que o transporte público é um direito social, historicamente negado pelos governos das grandes cidades brasileiras, cujo sistema de transporte está a serviço da indústria do automóvel e é subsidiado pelo governo, enquanto o usuário tem de pagar caro por um serviço de péssima qualidade.

Bradavam também: “Não são só os centavos, são nossos direitos”, ampliando as exigências para educação e saúde públicas de qualidade. Reivindicavam ainda o fim da corrupção e acrescentavam: “Vocês não nos representam; queremos participar”. A

respeito da Copa do Mundo de futebol no Brasil, escreveram em um cartaz: “Trocamos dez estádios por um hospital decente”. Esse foi o grito de guerra da multidão que tomou as ruas do Brasil por cerca de um mês. Segundo pesquisas, mais de 75% dos brasileiros apoiavam o movimento duas semanas após o seu início na Avenida Paulista, enquanto a maioria da classe política o rechaçou por considerá-lo “demagógico e irresponsável”. No entanto, a então presidente Dilma Rousseff declarou que “tinha a obrigação de escutar a voz das ruas”, recomendando às autoridades locais que cancelassem os aumentos das tarifas de transporte e recebendo em audiência representantes do Movimento Passe Livre. Ficou a lição, mas os desdobramentos não foram o esperado. Depois de algum tempo, ninguém falava mais no assunto.

Contudo, a partir das Jornadas de 2013, o país já não era o mesmo. Na esteira daquela inesperada explosão de massa, emergiu uma crise política sem precedentes, há tempos em gestação, que eclodiu após os resultados das eleições presidenciais de 2014. Com a reeleição da então presidente Dilma Rousseff para um segundo mandato, após



ter vencido no segundo turno o candidato do PSDB, senador Aécio Neves, por uma margem de votos relativamente pequena, reproduzindo assim a histórica polarização entre PT e PSDB, o candidato derrotado declarou guerra ao governo reeleito e entrou com representação na Justiça Eleitoral, questionando os resultados proclamados.

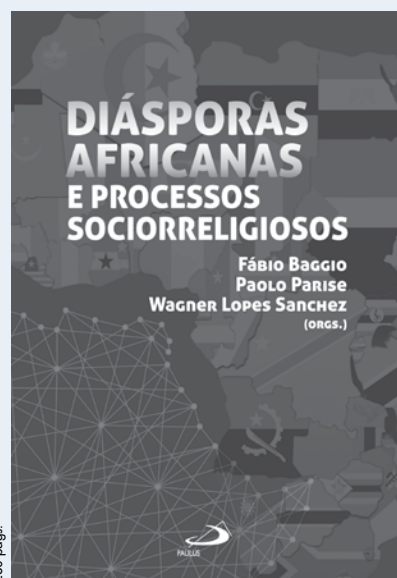
1.2. O golpe parlamentar de 2016

Desde o início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, desencadeou-se uma crise política que assumiu contornos de muita gravidade, gerando um ambiente de instabilidade, frustração e desalento. Somou-se ao impasse político o agravamento da crise econômica, o qual suscitou uma polêmica em torno do fato, denunciado pela oposição, de que, durante a campanha eleitoral, a presidente teria omitido à sociedade a real situação das finanças públicas do país. A partir de então, a situação foi se agravando sempre mais, pois, além das crises política e econômica, surgiram graves denúncias de corrupção dos governos petistas, o que deu origem ao chamado “Petrolão”, envolvendo lideranças do PT e de vários outros partidos políticos da base governista.

Outras gravíssimas denúncias de corrupção contribuíram para engrossar o caldo da crise política e geraram a “Operação Lava Jato”, que passou a assombrar o mundo da política brasileira até os dias de hoje, pois envolveu o governo e a quase totalidade dos partidos políticos de sua base, além de grande número de empresários em âmbito nacional e internacional. Esses fatos engendraram processos judiciais e cassações de mandatos parlamentares – entre outros, a do ex-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, do MDB do Rio de Janeiro, investigado, processado e condenado a muitos anos de prisão, já cumprindo pena em Curitiba-PR. Sob sua presidência é que um pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi

Diásporas africanas e processos sociorreligiosos

*Fábio Baggio, Paolo Parise,
Wagner Lopes Sanchez (orgs.)*



280 págs.

Compreender o fenômeno migratório atual exige compreender também as diásporas vividas pelos povos africanos, resultado do processo de dominação sofrido pela África por parte das potências ocidentais. A obra lança um novo olhar sobre esse processo e suas consequências, em uma tentativa de contribuir para o resgate da dignidade de povos que ainda hoje buscam reconstruir seu caminho.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



aceito e aprovado em sessão da Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, dia que, na história do Brasil, ficará marcado como aquele em que a soberania do voto popular, um dos pilares da Constituição cidadã de 1988, foi violada e o poder popular foi usurpado por um golpe parlamentar perpetrado contra a presidente da República sem o necessário fundamento legal. A consciência democrática do Brasil e de outras nações soberanas do mundo se levantou para denunciar o golpe que cassou o mandato, conquistado democraticamente nas urnas, da primeira mulher eleita presidente da República.

“A expressão ‘ajuste fiscal’ é frequentemente usada e aceita quase sem questionamento, por falta de compreensão do seu real significado e de suas implicações”

1.3. Medidas de ajuste fiscal: um ataque aos direitos sociais

A expressão “ajuste fiscal” é frequentemente usada e aceita quase sem questionamento, por falta de compreensão do seu real significado e de suas implicações. Na prática, ajuste fiscal significa a implantação de políticas e medidas econômicas orientadas à disciplina, ao rigor e ao controle econômico e social, como resposta do Estado à crise do sistema financeiro, do déficit público e do modelo econômico neoliberal, só que os altos cus-

tos de tal política de austeridade recai sempre sobre o conjunto da sociedade, no caso, os cidadãos e cidadãs brasileiros. Com efeito, a política de ajuste fiscal é a que o governo Temer adotou, indiferente aos danos resultantes do aumento da desigualdade, do empobrecimento e do mal-estar social.

Medidas de ajuste fiscal implicam contenção das despesas sociais do Estado; cortes salariais, de pensões e subsídios; flexibilização do direito ao trabalho; reforma do sistema de saúde; injustiça tributária; privatizações do patrimônio público, significando tudo isso a naturalização das desigualdades.

Além disso, o processo de ajuste fiscal segue uma lógica e envolve uma dinâmica política que resultam da atuação do governo, da mídia, dos burocratas e dos ideólogos ocupados em difundir a falsa ideia de que a “culpa” pela situação da crise econômica seria de todos os indivíduos, fazendo-os “pagar” e acreditar que foram suas ações e o modo de vida imprudente das famílias que contribuíram para a situação de crise.

As propostas encampadas sob o nome de ajuste fiscal seguem dupla lógica de ação. De um lado, o Estado detém o monopólio da aus-



224 pags.

Como ler o Evangelho de Lucas Os pobres constroem a nova história Ivo Storniolo

Lucas tem grande preocupação social e está sempre atento aos humildes e marginalizados. Esta obra convida você a conhecer o Evangelho que ele escreveu, um testemunho de que Jesus veio para trazer aos pobres a justiça e a libertação, para que construam uma nova história de partilha e fraternidade.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



teridade, instrumento pelo qual assume as tarefas de combater a crise, para evitar a falência do país, e de proteger os indivíduos da incerteza em relação ao futuro. De outro lado, promove-se o desmonte dos mecanismos de proteção social, cujo foco é a seguridade social e os direitos sociais, mediante a privatização do patrimônio público, a individualização dos riscos sociais e a mercantilização da vida social. Enfim, o ajuste fiscal e a responsabilidade fiscal retomam, de modo invertido, o tema da equidade. Invocam uma “ética social” com a “justa repartição dos sacrifícios”, ignorando, de propósito, o fato de que a distribuição desigual dos sacrifícios, numa sociedade econômica e socialmente muito desigual, é vantajosa para os mais ricos, em detrimento da maioria do povo brasileiro.

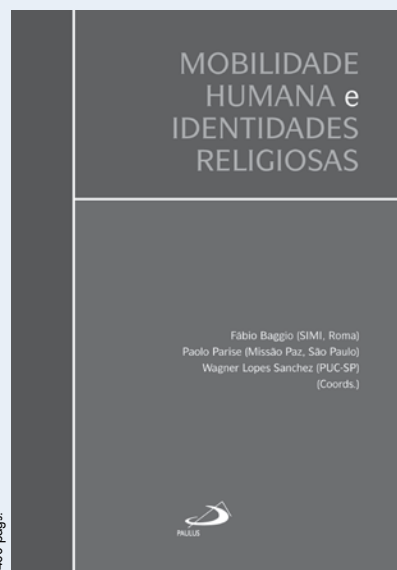
1.4. Dois anos do governo (ilegítimo) de Michel Temer

O governo Michel Temer, como se sabe, foi fruto de um golpe parlamentar forjado pelo seu partido, o MDB, e por ele mesmo, quando vice-presidente da República, com a clara intenção de assumir o poder, usurpando a soberania do voto popular, e tentar encobrir os crimes de corrupção de sua responsabilidade e de seus asseclas, todos em dívida com a Justiça, como ficou comprovado pela Operação Lava Jato. O referido golpe contou com a defesa da grande mídia e do mercado financeiro, que influenciam a política econômica do governo golpista como contrapartida ao indisfarçável apoio dado por eles ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A partir daí, as agendas política e econômica do governo mudaram radicalmente, no sentido de implementar, a toque de caixa, uma política de ajuste fiscal apoiada incondicionalmente pela maioria do Congresso Nacional, que sancionou o golpe parlamentar e, desde então, se mantém de costas para a sociedade, aprovando todas as medidas perversas contra os/as trabalhadores e

Mobilidade humana e identidades religiosas

Fábio Baggio, Paolo Parise e Wagner Lopes Sanchez (coords.)



400 págs.

O fenômeno da migração compulsória tem sido uma constante na história da humanidade, mas, nos últimos anos, tem despontado com muita força em virtude do “êxodo sírio”, desde que começou a guerra civil na Síria. Este livro traz reflexões acerca do papel das religiões no acolhimento daqueles que são forçados a deixar seus países de origem em busca de uma vida melhor.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



contra o povo em geral. A propósito, é bom lembrar que foi esse mesmo Congresso que, em duas oportunidades, negou a autorização para que Temer fosse investigado em casos de comprovada corrupção, nos quais estão implicados praticamente todos os seus aliados mais próximos e membros de outros partidos que deram sustentação ao seu governo.

Além disso, essas mesmas forças políticas que atuavam no poder legislativo promoveram, junto com o governo, o desmonte dos direitos conquistados pelo povo brasileiro, senão vejamos.

- Para deleite das petrolíferas estrangeiras, uma das prioridades do governo Temer foi atacar os interesses nacionais, como a presença obrigatória da Petrobrás nos serviços de exploração do pré-sal, abrindo mão de parte significativa de nossas riquezas estratégicas. Esses mesmos conglomerados estrangeiros receberam bilionária isenção fiscal em tempos em que alegadas dificuldades fiscais servem de pretexto para retirar direitos de trabalhadores e aposentados.

- O governo apresentou e o Congresso aprovou a PEC do teto, que gerou a Emenda Constitucional nº 95/2017, congelando os gastos públicos nos próximos 20 anos, sem que se cogitasse nenhuma medida de justiça fiscal ou de auditoria do serviço da dívida pública, e empurrando a conta para os trabalhadores, os que mais precisam dos serviços públicos e da presença do Estado.

- O governo interferiu nas relações entre o capital e o trabalho, em prejuízo do segundo, ao legalizar a terceirização nas áreas-fins; promoveu uma reforma trabalhista para flexibilizar a legislação e atender aos interesses

do empresariado, enfraquecendo os sindicatos dos trabalhadores.

- O governo realizou uma reforma eleitoral antidemocrática para beneficiar os partidos maiores e que estão no poder, tentando tirar da disputa partidos programáticos e com bancadas menores.

“O governo interferiu nas relações entre o capital e o trabalho, em prejuízo do segundo, ao legalizar a terceirização nas áreas-fins”

- O governo regulamentou o sistema fundiário de modo a beneficiar a concentração da terra; flexibilizou obrigações ambientais e trabalhistas; abriu caminho para a regularização da grilagem; fragilizou o controle da fronteira agrícola na Amazônia; facilitou a legalização de condomínios de luxo sem contrapartidas; retirou critérios legais de

defesa da segurança nacional ao permitir a privatização em massa do patrimônio da União, notadamente as áreas da marinha e de fronteira.

- O governo promoveu retrocessos contra as mulheres e os direitos humanos. Uma das primeiras medidas de Temer, ainda como presidente interino, foi extinguir os Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, transformando-os em meras secretarias, sob a aba do Ministério da Justiça e Cidadania. Tais alterações na estrutura do poder executivo demonstraram o descompromisso daquele governo com as pautas das mulheres, dos negros, da juventude e dos direitos humanos em geral.

- O mais grave é que essas medidas e tantas outras constituíram o pagamento da fatura aos grupos econômicos internos e externos que conspiraram para derrubar Dilma Rousseff, eleita democraticamente, o que afrontou a Constituição Federal de 1988 e atentou contra a democracia brasileira.



1.5. Políticas públicas do governo democrático-popular da cidade de São Paulo (1989-1992)

O primeiro governo democrático-popular no município de São Paulo desenvolveu, durante os quatro anos de gestão, um plano de ação baseado em dois eixos programáticos:

- governar para a maioria, com inversão de prioridades;
- governar com participação popular.

Quanto ao primeiro eixo, nosso governo investiu prioritariamente nas políticas públicas de saúde, educação, cultura, habitação, assistência social, transporte coletivo, saneamento básico, infraestrutura urbana e preservação do meio ambiente. Para isso, destinamos, anualmente, mais da metade dos recursos orçamentários às áreas sociais.

Quanto à participação popular, segundo eixo orientador da ação do governo, criamos diversos mecanismos de participação, tais como: conselho gestor em cada equipamento da prefeitura; conselhos setoriais ligados às respectivas políticas sociais, formados por representantes dos usuários dos serviços e dos servidores de cada uma das unidades, secretarias e órgãos da administração, adotando metodologia e processos de envolvimento da participação dos segmentos sociais populares nas decisões estratégicas do governo. Destacaríamos, entre outras, as plenárias do orçamento participativo nos níveis setorial, regional e municipal, com base nas quais o governo elaborava a lei orçamentária anual, encaminhada posteriormente à Câmara Municipal para ser avaliada e votada. Dessa forma, a população interferia na definição das prioridades, participando, portanto, das decisões políticas mais importantes do governo – pois não há decisão governamental mais importante do que a que define as prioridades orçamentárias. O processo de discussão se dava por meio de plenárias populares regionais, setoriais e municipal, no momento em que se definiam prioridades, objetivos e metas.

A política da própria vida

Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI

Nikolas Rose



Evitando o exagero da ciência popular e o pessimismo da maioria das ciências sociais, Nikolas Rose analisa a biopolítica molecular contemporânea, examinando desenvolvimentos em torno do genoma, da neurociência, da farmacologia e da psicofarmacologia, bem como o modo como esses fenômenos afetam a política racial, o controle do crime e a psiquiatria.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Além desses, outros mecanismos de participação foram criados, como as Coordenadorias Especiais da Mulher, do Negro, da Juventude, das Pessoas com Deficiência, dos Idosos. Eram coletivos ligados a diversos segmentos da sociedade civil e integrados por pessoas escolhidas pelos seus respectivos movimentos para representar seus interesses quando da definição das políticas setoriais do governo.

O método democrático de gestão e a atenção voltada, prioritariamente, para os interesses da maioria da população da cidade foram as principais marcas do governo democrático-popular do município de São Paulo durante o período de 1989 a 1992. O êxito daquela rica experiência se deveu principalmente a dois fatores: o apoio e a participação imprescindíveis dos setores populares organizados da sociedade paulistana e os excelentes quadros que compuseram o primeiro escalão do governo, ou seja, o secretariado. Citaria, entre outros(as), o mestre Paulo Freire e o respeitável professor Paul Singer, secretários de Educação e de Planejamento, respectivamente. Ambos, lamentavelmente, já não estão entre nós; deixaram precioso legado às futuras gerações. Aproveitamos, pois, a oportunidade para homenageá-los e, por meio deles, a todos os admiráveis brasileiros e brasileiras que conosco governaram a cidade de São Paulo e aos quais pertencem os méritos da gestão.

Conclusão

Queremos destacar, finalmente, a oportunidade do tema central da Campanha da Fra-

ternidade de 2019: “Fraternidade e políticas públicas”, visto que, na atual conjuntura, são registradas enormes perdas das conquistas sociais e dos direitos de cidadania do povo brasileiro, como efeitos perversos de uma crise multifacetada que penaliza, sobretudo, a população mais pobre do país.

Ao golpe parlamentar de 2016, seguiu-se o governo ilegítimo e fraudulento de Michel Temer, rearticulador das forças conservadoras de direita que tomaram de assalto o poder conquistado democraticamente nas urnas. Desde então, instalou-se no país um ambiente de instabilidade, frustração e desalento, com elevado potencial de desmobilização e paralisia das organizações sociais progressistas, o que passou a ser mais uma expressão da crise.

Esperamos que a Campanha da Fraternidade contribua para despertar a consciência dos cristãos e cristãs no sentido de reafirmarem seu compromisso de fé e retomarem, com coragem e determinação, a luta por justiça social e pela igualdade de direitos para todos e todas.

É preciso reagir ao desalento e à desesperança, sentimentos conservadores paralisantes, substituindo-os pela esperança, que, ao contrário, é revolucionária e transformadora. Voltemos, pois, a nos inspirar no saudoso pastor e profeta da esperança dom Paulo Evaristo Arns, que nos animava ao repetir sem cessar: “Coragem! De esperança em esperança, ter esperança sempre!”, e acrescentava: “A esperança subsiste e se torna força de resistência mesmo nas situações mais adversas”. ●

Referências bibliográficas

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- FERREIRA, Mary (Org.). *Mulher, gênero e políticas públicas*. São Luís: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (Redor); Núcleo de Estudos e Pesquisa Mulher e Relações de Gênero/UFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 1999.
- JACOB, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NASCIMENTO, Mariângela. A esfera pública na democracia brasileira: uma reflexão arendtiana. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela (Org.). *Hannah Arendt: entre o passado e o presente*. Juiz de Fora: UFJF, 2008.



Campanha da Fraternidade 2019

Luis Fernando da Silva*

Este artigo propõe uma reflexão sobre a Campanha da Fraternidade de 2019, com o tema “Fraternidade e políticas públicas” e o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27). O autor nos questiona: O que são políticas públicas? Como são construídas? E nós, movidos pelos valores do evangelho, que contribuição podemos dar a esse processo?

*Pe. Luis Fernando da Silva é presbítero da Diocese de São João da Boa Vista – SP. Secretário-executivo da Campanha da Fraternidade e da Evangelização e membro do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Introdução

O tempo quaresmal é itinerário fecundo que prepara toda a Igreja para a celebração dos mistérios pascais. Celebrar a Páscoa é caminhar com Jesus e a comunidade de seus seguidores para Jerusalém. Ao longo da caminhada, Jesus vai revelando o seu projeto salvífico de libertar o ser humano das amarras do pecado e da morte.



Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade (CF) é um instrumento valioso, que serve a toda comunidade como apoio e motivação para a conversão social. Cada ano, em cada temática aprofundada, são apresentadas situações que ferem a dignidade humana, e assim a Igreja faz um apelo para que, enquanto sociedade, nos convertamos, buscando um agir mais pautado pelo evangelho.

A reflexão proposta pelo tema da CF deste ano convida-nos a compreender: O que são políticas públicas? Como são construídas? E nós, movidos pelos valores do evangelho, que contribuição podemos dar a esse processo?

1. O bem comum e o cotidiano do povo

O tema escolhido para a Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e políticas públicas”, tem o objetivo de estimular a participação em políticas públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade.

Trata-se de tempo propício para refletirmos sobre essa temática, pois, nos últimos anos, tem se verificado no Brasil uma complexa realidade na convivência entre os três poderes, e estamos inaugurando novo período em nosso país com o novo executivo, eleito em outubro passado juntamente com o legislativo.

A participação da população não se encerra com o voto. Pelo contrário, ali se inicia o compromisso de acompanhar os eleitos para que garantam à população seus direitos elementares, façam bom uso do dinheiro público e em tudo zelem pelo bem comum, que pressupõe sempre justiça, transparência e equidade.

Refletir sobre políticas públicas é importante para entender a maneira pela qual elas

atingem a vida cotidiana e o que pode ser feito para que sejam efetivas, além de acompanhá-las com uma boa fiscalização, pois só assim são aprimoradas. Tal reflexão contri-

bui ainda para a distinção entre “política” e “política pública”, oportuna sobretudo por causa da semelhança entre as palavras, que pode gerar confusões, sugerindo que possuem o mesmo significado.

A palavra “política” vem do grego *politikós*, que se refere a pólis, o lugar onde os gregos tomavam as decisões em vista do bem comum; era o espaço para garantir a ordem e estabilizar a sociedade de maneira pacífica, sendo marcado pelo conjunto de interações e conflitos de interesses.

A política direciona a vontade daqueles que participam dela, estando em toda parte, e não somente na ação do Estado. Ou seja, a política está na arte, nas relações de trabalho, nas empresas, nos clubes, nas associações etc.

O conceito de políticas públicas é recente, e seu entendimento tem diferentes interpretações. Há uma correlação entre as políticas públicas e as ciências sociais, as ciências políticas, as ciências econômicas e as ciências da administração pública. Essas grandes áreas contribuem para compreendermos o que é política pública e sua influência no cotidiano da população.

As políticas públicas, portanto, representam soluções específicas para necessidades e problemas da sociedade. São ações do Estado, que busca garantir a segurança e a ordem por meio da garantia dos direitos, e expressam, em geral, os principais resultados oriundos da presença do Estado na economia e na sociedade brasileira (CNBB, 2018, n. 15).

Podemos resumir, afirmando que política pública é a ação do governo e a sua relação com as instituições da sociedade, bem como com atores individuais e coletivos que buscam uma solução para determinado de-

“Celebrar a Páscoa é caminhar com Jesus e a comunidade de seus seguidores para Jerusalém”



safio. Essa solução necessariamente deve respeitar aquilo que já está garantido na Constituição Federal e em outras leis federais, estaduais e municipais. Ou seja, o governo, as instituições e os indivíduos da sociedade precisam estar articulados para que os direitos garantidos por lei sejam de fato os direitos de todos, não só de alguns.

Deveria fazer parte do cotidiano do povo acompanhar essas articulações. Não podemos simplesmente delegar isso a alguns e lavar as mãos. Precisamos participar, pois nossa participação é sementeira produtiva para que sempre nasça e cresça para todos o bem comum.

Diante da realidade apresentada, cabe-nos responder a algumas perguntas: Quais são as luzes e as sombras da democracia hoje? Como fazer políticas públicas? Como fazer crescer a participação do povo?

1.1. Sociedade democrática: luzes e sombras

O Brasil é um país democrático: nele o exercício do poder emana do povo, que, com liberdade, escolhe homens e mulheres para o representarem na gestão da Federação, dos estados e dos municípios, executando as leis, criando novas e fiscalizando a execução de todas.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou introduzir no panorama político brasileiro o que está afirmado no parágrafo único do artigo 1º: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, de modo que foram criados mecanismos para o exercício de uma democracia direta, tais como os plebiscitos, os referendos e os projetos de lei de iniciativa popular. Possibilitou, ainda, que a gestão das políticas ligadas à seguridade social fosse descentralizada e tivesse a participação direta da sociedade civil (artigos 194, 198, 204, 206 e 227).

Compreender melhor o papel e o sentido das políticas públicas, despertar a cons-

ciência e incentivar a participação de todo cidadão na construção dessas ações em âmbito nacional, estadual e municipal constitui um dos objetivos específicos desta CF, bem como propor políticas que assegurem os direitos sociais dos mais frágeis e vulneráveis, trabalhando para que as políticas públicas eficazes de governo se consolidem como políticas de Estado. Mais uma vez, asseguramos a importância da presença da Igreja católica, por meio do clero e dos leigos, em busca de participação na resolução dos problemas sociais e em todo o processo de formulação das políticas públicas (CNBB, 2018, n. 21).

Nos últimos anos, temos vivido uma crise do modelo da democracia representativa, em que as tomadas de decisões ficam a cargo de técnicos e agentes políticos, sobretudo, em razão da complexidade da sociedade e de seus interesses. As pessoas já não se sentem representadas pelos que ocupam cargos eletivos (presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores).

Contudo, não é só a instituição política que sofre com essa crise, mas também diversas instituições tradicionais, como escolas, movimentos sociais, sindicatos. Tais instituições vivem em crise de representatividade. Dessa maneira, cada vez mais pessoas tendem a participar e reivindicar o direito à participação no processo decisório.

As diferentes pessoas e organizações envolvidas no debate sobre políticas públicas e na participação nessas políticas são conhecidas como atores sociais, podendo ser indivíduos, grupos, movimentos sociais, partidos políticos, instituições religiosas, organizações públicas e privadas. A interação acontece na esfera pública, mas é também aí onde ocorrem os conflitos, as disputas, a cooperação e a negociação, para confrontar ou apoiar a implementação de determinada política pública.

A democracia parece passar por uma noite escura paradoxal: por um lado, há des-



crença nos líderes; por outro, existe o desejo de envolvimento nos processos participativos – apesar de que, na maioria das vezes, os que querem se envolver não o fazem.

É preciso lançar luzes sobre esse processo por meio do envolvimento, da participação, do sentir-se corresponsável da luta pelos direitos. Cabe recordar que, se alguns passam situações difíceis por causa das chamadas crises, existem tantos mais vulneráveis que possuem menos ou não possuem nada. Em tempos difíceis, não podemos nos esquecer dos pobres. Por eles vale a pena cada processo que visa à participação em função do bem comum.

“As pessoas já não se sentem representadas pelos que ocupam cargos eletivos (presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores)”

1.2. Como fazer políticas públicas?

Não podemos cair na tentação de achar que a elaboração das políticas públicas é algo restrito a um grupo seletivo da sociedade – apesar de, infelizmente, muitas vezes isso acontecer.

A elaboração das políticas públicas nasce de um desejo sincero de dialogar. Todos os homens e mulheres são candidatos e autorizados ao diálogo; neste, todos são bem-vindos: indivíduos, organizações, instituições públicas e privadas. O diálogo desses grupos sempre deve visar ao bem comum de todos, e o direito a tudo aquilo que envolve o bem comum já está garantido na Constituição.

Esse caminho deve ser concreto, partindo sempre da realidade, dos dados, dos fatos para, com base neles, em conjunto, tentar responder às perguntas: O que podemos fazer juntos? Como vamos fazer? O que a lei já nos garante? Com isso temos um panorama das situações, e a partir daí vai se desenhando um caminho.

Por fim, com base em todas as informações do processo de formulação das políticas públicas, tem-se então a estrutura desenhada e a política pública formulada. Como

exemplos, podemos citar o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Nacional da Juventude (SNJ), o Sistema Nacional dos Direitos Humanos etc.

Uma vez que a política pública é desenhada e implementada, precisa estar em constante avaliação. Sem avaliação, tem-se a tendência de fazer as mesmas coisas sempre do mesmo jeito, e isso não ajuda a avançar. A avaliação ajuda a perceber o que é positivo e o que não é e abre novas vias para novos processos. E o mais importante: isso sempre deve ser feito em constante diálogo entre todas as partes. Vale reforçar que a elaboração das políticas públicas é um esforço conjunto.

1.3. Fazer crescer a participação

Participar efetivamente da elaboração das políticas públicas requer mais do que apenas votar nas eleições ou sugerir demandas pontuais: é estar presente nos mais diversos mecanismos de participação, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, que colaboram na tomada de decisões, na implementação, na avaliação e no monitoramento dessas políticas.

Historicamente, a humanidade superou diversas dificuldades com ações e decisões coletivas. Portanto, podemos afirmar que a participação é essencial no desenvolvimento das sociedades. Estar presentes nos espaços e canais de participação cidadã é ser protagonistas da execução das políticas públicas e fazer ouvir as demandas e necessidades da população.

Entre as formas mais comuns de participação estão: audiências públicas, conselhos gestores ou de direitos, conferências, fóruns e reuniões, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.



Cabe aqui um aceno especial à juventude. É preciso estimular os jovens a se sentirem atores sociais no processo de construção das políticas públicas.

Faz-se necessário um resgate da importância dos movimentos sociais. Estes já ajudaram o país a dar passos muito importantes e podem colaborar ainda mais no controle social, na fiscalização dentro dos conselhos gestores de políticas públicas, de modo deliberativo, tendo em vista sempre o bem comum.

Dessa forma, a democracia vai ganhando, cada vez mais, rosto participativo. A não participação faz que os conselhos gestores das políticas públicas percam força, limitando a fiscalização a agentes públicos.

Não obstante, nos últimos anos, tem crescido o processo de criminalização dos movimentos sociais, no sentido de frear a atuação dos defensores da luta social no Brasil, impondo-lhes dificuldades de atuação e articulação, o que, na maioria dos casos, significa a criminalização legal ou administrativa, por meio de indicação e processos legais ou da difamação pública dos movimentos, de seus objetivos e de suas manifestações públicas. Essas forças contrárias não podem ser um desestímulo; pelo contrário, devem dar maior impulso. Com efeito, se os movimentos sociais estão incomodando, isso é sinal de que estão no caminho certo, pois tiraram a sociedade da letargia e questionam a possibilidade de novas ações articuladas.

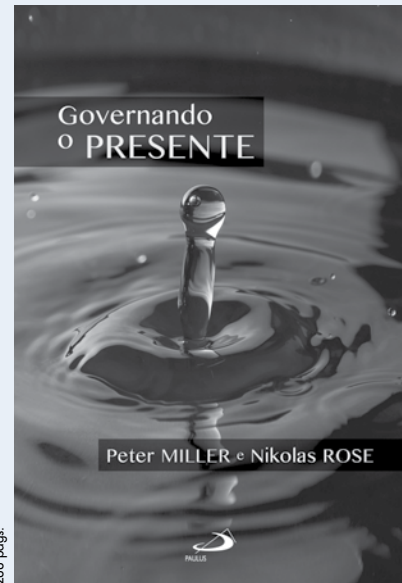
2. Serás libertado pelo direito e pela justiça (Is 1,27)

O lema bíblico escolhido para iluminar a CF-2019 foi extraído do livro do profeta Isaías: “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27).

A Sagrada Escritura utiliza, no Antigo Testamento, a palavra, *mishpat* (direito), para designar a ordem justa da sociedade, em sentido objetivo. Uma vez que nem sempre essa

Governando o presente

Peter Miller e Nikolas Rose



288 págs.

Neste livro, os autores investigam a natureza e a forma da governamentalidade, indagando por que alguns aspectos aparecem como problemas que precisam de administração e de regulamentação, além de examinarem o que constitui a base desses “problemas” e os processos que lhe servem de apoio. De forma fascinante e desafiadora, Peter Miller e Nikolas Rose oferecem uma análise profunda do tema, suscitando novos olhares e debates.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



ordem é respeitada na vida real, a referida palavra vem invariavelmente acompanhada de outra, *s'ḏāqā* (justiça), designativa da obrigação moral do direito em sentido subjetivo, interno, que torna possível vê-lo a fundo (SICRE, 1990, p. 600). Assim, a “justiça” obriga moralmente a pessoa a se preocupar com os mais pobres do povo, representados pela tríade: viúva, órfão e estrangeiro,¹ para que haja o direito na sociedade (CNBB, 2018, n. 127).

“Jesus não é mero observador, mas se envolve na vida do seu povo, participa e incentiva os seus seguidores a participar”

2.1. A Palavra de Deus ilumina a luta pelos direitos

A Palavra de Deus é luz para todos os que se empenham na participação e na construção das políticas públicas. Deus se compadece do seu povo sofrido e não deixa de se envolver, de fazer aliança. Mesmo quando o povo se afasta, Deus encontra novos modos de se achegar e renovar a sua aliança.

No Antigo Testamento, tanto no Pentateuco quanto na literatura dos profetas, encontramos uma tríade dos chamados pobres de Deus: “órfão, viúva e estrangeiro”, categorias desprezadas no antigo Israel, porém não desprezadas por Deus, que sempre se coloca do lado dos pobres.

Deus se revela como aquele que viu a miséria do seu povo e ouviu o seu clamor, descedo para libertá-lo (cf. Ex 3,7-8). Por isso, essa experiência libertadora constituiu o centro da fé do povo de Israel (cf. Dt 26,5-9) e o paradigma da pregação dos profetas, que tentam reorientar a vida do povo em direção à

justiça, pois, para conhecer a Deus, é necessário praticá-la. Eles proclamam, por isso, sem cessar, o direito do pobre. Acentuam não o direito do possuidor, mas sim o dos que nada possuem.

No Novo Testamento, depa-ramos com Jesus de Nazaré, Filho de Deus, que assumiu a condição humana, nascendo pobre entre os pobres.

Ele passou de aldeia em aldeia anunciando o Reino de Deus e fazendo o bem a todos. O evange-

lho o mostra sempre próximo dos pobres. O contexto do nascimento de Jesus foi marcado pelos desmandos do império romano, um sistema causador de injustiça que colocava os mais vulneráveis sempre à margem, privados dos direitos mais básicos, como o alimento, a saúde e a dignidade.

Jesus não é mero observador, mas se envolve na vida do seu povo, participa e incentiva os seus seguidores a participar. Com sua ação, ele vai devolvendo aos pobres o que lhes foi tirado. O povo não tinha pão, Jesus partilha o pão; o povo não tinha saúde, Jesus cura os doentes; muitos do povo eram colocados à margem da sociedade, Jesus os traz para o centro.

Jesus não só agiu para o povo e pelo povo, mas também ensinou seus discípulos a fazer o mesmo: “Dei-vos o exemplo para que vades e façais o mesmo” (Jo 13,15).

2.2. A Igreja pobre para os pobres: continuadora da missão de Jesus

A Igreja é continuadora da missão de Jesus. Ao longo de sua história, não faltaram pessoas que, movidas pelos valores do Reino de Deus anunciado por Jesus, se comprometeram com a causa dos mais pobres e lutaram para lhes garantir o direito e a justiça.

O Concílio Vaticano II convidou a Igreja do novo milênio que estava por vir a “ler os sinais dos tempos”:

¹ As pesquisas bíblicas inserem a tríade formada por (*gēr*) “estrangeiro”, (*yātôm*) “pobre” e (*‘almānāh*) “viúva” em um contexto eminentemente social. Ela representa os pobres na Bíblia. Trata-se de grupos sociais desempenhando, se não um papel relevante na esfera do controle ou das determinações do poder, uma reivindicação de seus direitos essenciais, como trabalho, alimentação, justiça, terra, liberdade e trabalho. São compreendidos como um grupo sociológico, com papéis bem definidos, nas diferentes épocas e sociedades bíblicas (FRIZZO, 2009).



As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história. Por isso, o Concílio Vaticano II [...] não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens (GS 1).

O papa Bento XVI, em seu ensinamento social, ao falar da participação conjunta dos seres humanos, afirma a necessidade do princípio da gratuidade como expressão da fraternidade e atesta que esta sempre nasce da relação com Deus:

Enquanto dom recebido por todos, a caridade na verdade é uma força que constitui a comunidade, unifica os homens segundo modalidades que não conhecem barreiras nem confins. A comunidade dos homens pode ser constituída por nós mesmos; mas, com as nossas simples forças, nunca poderá ser uma comunidade plenamente fraterna nem alargada para além de qualquer fronteira, ou seja, não poderá tornar-se uma comunidade verdadeiramente universal: a unidade do gênero humano, uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da convocação da palavra de Deus-Amor. Ao enfrentar esta questão decisiva, devemos especificar, por um lado, que a lógica do

dom não exclui a justiça nem se justapõe a ela em um segundo tempo e de fora; e, por outro, que o desenvolvimento econômico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, dar espaço ao *princípio da gratuidade* como expressão de fraternidade (BENTO XVI, 2009, p. 34).

O papa Francisco, ao falar da dimensão social da evangelização, insiste no diálogo como caminho concreto para alcançar o bem comum:

A evangelização implica também um caminho de diálogo. Neste momento, existem sobretudo três campos de diálogo onde a Igreja deve estar presente, cumprindo um serviço a favor do pleno desenvolvimento do ser humano e procurando o bem comum: o diálogo com os Estados, com a sociedade – que inclui o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja católica. Em todos os casos, “a Igreja fala a partir da luz que a fé lhe dá”, oferece a sua experiência de dois mil anos e conserva sempre na memória as vidas e sofrimentos dos seres humanos. Isto ultrapassa a razão humana, mas também tem um significado que pode enriquecer a quantos não creem e convida a razão a alargar as suas perspectivas (FRANCISCO, 2013, n. 238).

Por isso, na ação pastoral da Igreja, deve ser estimulada a participação das comunidades eclesiais, em parceria com outras instituições privadas ou públicas, bem como com movimentos populares e entidades da sociedade civil, “em favor da implantação e da execução de políticas públicas voltadas para a defesa e a promoção da vida e do bem comum, segundo a Doutrina Social da Igreja” (CNBB, 2015, n. 124).



3. Participar com espírito cidadão em vista do bem comum

O *Texto-base* da CF-2019 apresenta pistas de ações muito concretas para estimular a participação de toda a Igreja e da sociedade na elaboração das políticas públicas. Mesmo que na participação popular permaneçam “encontros e desencontros”, é nela que se consolida a realização e a missão humana na terra, e é ela também que nos possibilita ser sujeitos e assim fazer da sociedade um “lugar” de aconchego, para que a vida seja plena independentemente do “local social” em que se desenvolve.

Assim, vamos resgatar as pistas de ação da CF-2019, para que nos estimulem a ser um povo que participa com espírito cidadão em vista do bem comum.

a) Participação:

- buscar uma participação mais efetiva, com a atuação voluntária nas pastorais sociais, esforçando-se por priorizar a solicitude e o cuidado com as pessoas em situações de marginalização, exclusão e injustiça, como o empenho sociopolítico da ação evangelizadora da Igreja nas complexas questões sociais ameaçadoras da vida;

- estimular o uso dos serviços públicos de forma consciente, organizada e cuidadosa, valorizando e respeitando sempre os profissionais que lá trabalham, com vistas ainda a melhor otimização dos recursos existentes;

- pensar em formas de contribuir para a resolução de situações agravantes dos direitos sociais, considerando as capacitações requeridas para as ações de enfrentamento da realidade identificada;

- promover seminários, debates, rodas de conversa ou outras formas de encontros, com estabelecimento de metas e estratégias

de sensibilização e mobilização, tendo em vista contribuir com a necessária reforma política e renovação do quadro de agentes políticos nos três níveis de governo (União, estados e municípios);

- estimular a participação de pessoas idôneas e de caminhada ilibada, como verdadeiros discípulos missionários, no bem comum, por um processo político de pleno exercício da cidadania e isento de interesses não condi-

zentes com a grande maioria da população;

- estimular a criação de observatórios sociais pelo país, em âmbito municipal, estadual e/ou nacional, com membros competentes e idôneos e com estrutura mínima de ouvidoria, diagnóstico, pesquisa, comunicação e monitoramento das iniquidades e/ou inconsistências, para que se tornem uma referência de seriedade e um porto seguro e isento para qualquer cidadão brasileiro;

- estimular a participação dos cristãos leigos e leigas na política. Há necessidade de romper o preconceito comum de que a política é coisa suja e conscientizar os leigos e as leigas de que ela é essencial para a transformação da sociedade;

- impulsionar os cristãos a construir mecanismos de participação popular que contribuam para a democratização do Estado e para o fortalecimento do controle social e da gestão participativa;

- incentivar e preparar os cristãos leigos e leigas para participarem de partidos políticos e serem candidatos para o executivo e o legislativo, contribuindo, deste modo, para a transformação social;

- mostrar aos membros das nossas comunidades e à população em geral que há várias maneiras de tomar parte na política: nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos

**“A Igreja é
continuadora da
missão de Jesus.
Ao longo de sua
história, não
faltaram pessoas
que, movidas pelos
valores do Reino
de Deus anunciado
por Jesus, se
comprometeram com
a causa dos mais
pobres”**

movimentos sociais, nos conselhos de escola, na coleta de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular, nos comitês da Lei nº 9.840/99 de combate à corrupção eleitoral e da Lei nº 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa.²

b) Cidadania:

- incentivar as comunidades a promover seminários, cursos e encontros de conscientização e formação política que visem desenvolver a participação cidadã cada vez mais responsável dos cristãos;

- fortalecer canais de participação efetiva da sociedade e de suas entidades representativas na formulação, na implantação e no controle das políticas públicas. Por exemplo, a participação em conselhos de Controle Social, em suas diversas instâncias, constituindo espaços privilegiados para o alcance desse objetivo;

- articular a participação efetiva de membros das comunidades nas instâncias colegiadas do Controle Social nas políticas públicas (Conselhos de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública, Conferências de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública), nas três esferas de governo, oferecendo o respaldo necessário e o acompanhamento adequado nesse trabalho;

- reivindicar atendimento humanizado, acolhedor, de qualidade e digno a todo cidadão em qualquer estabelecimento público;

- dar continuidade às discussões iniciadas com as CFs de 2012, 2015 e 2017, reforçando a necessidade de um equilíbrio justo e oportuno de todos os brasileiros nos campos sociais, como a saúde pública, a sociedade em geral e a segurança pública;

- estabelecer parcerias com Defensoria Pública, Controladoria Geral, Advocacia Geral, Procuradoria, Procon, Ministério Públi-

co, Fóruns de Justiça, entre outros, para acompanhar e denunciar situações de irregularidades na condução da coisa pública.

c) Bem comum:

- conhecer serviços mediante os quais a Igreja se faz solidária aos pequeninos das nossas comunidades e empenha-se pela superação das injustiças e pela construção de relações segundo o evangelho na sociedade;

- garantir que a prevenção avance para além da informação. É necessário visar não só ao bem-estar individual, mas também ao familiar e de todos, por meio de ações educativas abrangentes e inclusivas;

- promover momentos para exercer o discernimento evangélico acerca do que ocorre no cenário político com repercussão na comunidade, no bairro e/ou na cidade e identificar eventuais ameaças à harmonia e boa convivência familiar;

- incentivar a intersetorialidade das ações (saúde, educação, desenvolvimento social, justiça, esporte, emprego e renda), para a promoção, prevenção, proteção, tratamento, reabilitação e recuperação do bem-estar, construindo uma sociedade justa e saudável;

- refletir nas famílias sobre o que edifica uma sociedade justa e solidária, buscando estratégias de solução efetivas, viáveis e adequadas ao bem comum.

Conclusão

A Campanha da Fraternidade de 2019 quer ser um convite para maior participação das pessoas na elaboração de políticas públicas, projetando, assim, o presente e o futuro do Brasil, amparado no direito e na justiça, livre das desigualdades que assolam os mais pobres.

Novo modelo de sociedade, diferente do modelo neoliberal dominante, inclui mudanças radicais na concepção do trabalho e do lazer, da educação e da cultura, dos impostos

² As ações práticas dos quatro últimos itens foram extraídas de CNBB (2016, n. 263).



e das responsabilidades sociais dos cidadãos. Não se engendrará novo modelo de sociedade por leis ou decretos.

A construção de novo modelo de vida política não é assunto para especialistas, pois a sociedade global não é objeto de estudo de nenhuma especialidade, de nenhuma ciência. É problema de cidadãos, não de especialistas. Estes podem trazer dados, isto é, dar a conhe-

cer o passado. Quanto ao futuro, porém, não sabem mais do que os cidadãos, atuando como cidadãos, não como especialistas.

Atualmente, a política mais importante é a que prepara as tarefas dos governos futuros, ajeitando o terreno, abrindo o espaço em que as entidades políticas, as instituições antigas ou novas poderão organizar o novo modelo de sociedade que satisfaça as expectativas dos cidadãos. ●

Referências bibliográficas

- BENTO XVI. *Carta encíclica Caritas in Veritate*. Brasília, DF: CNBB, 2009. (Documentos Pontifícios, 3).
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília, DF: CNBB, 2015. (Documentos da CNBB, 102).
- _____. *Campanha da Fraternidade 2019: texto-base*. Brasília, DF: CNBB, 2018.
- _____. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Brasília, DF: CNBB, 2016. (Documentos da CNBB, 105).
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes*. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II: documentos*. Brasília, DF: CNBB, 2018.
- FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília, DF: CNBB, 2013. (Documentos Pontifícios, 17).
- FRIZZO, Antonio Carlos. *A trilogia social: estrangeiro, órfão e viúva no Deuteronômio e sua recepção na Mishná*. 2009. Tese (doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.
- SICRE, José Luís. *A justiça social nos profetas*. São Paulo: Paulus, 1990.



237 pags.

Controle social de políticas públicas

Caminhos, descobertas e desafios

Dalila Maria Pedrini, Telmo Adams

e Vini Rabassa da Silva (orgs.)

A voz do povo somente pode se converter em ações concretas se a sociedade tiver espaço para se manifestar nos Conselhos, ajudando a construir uma sociedade com liberdade, igualdade e justiça. O livro desvenda como funciona esse processo e propõe estratégias para que a sociedade civil tome, de fato, o controle das políticas públicas no Brasil.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



Fraternidade e políticas públicas

Nicolau João Bakker*

Para ter uma ação pastoral eficaz diante da necessidade de combater, promover ou aperfeiçoar políticas públicas, o autor vê como indispensável a constituição de expressivos “fóruns sociais regionais”, de caráter plurirreligioso. Estes, porém, na sociedade secular que vem se impondo, precisam atuar não apenas com base em critérios racionais, mas também, e principalmente, com base em profunda dimensão espiritual.

*Nicolau João Bakker, svd, é missionário do Verbo Divino, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Foi educador popular no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, São Paulo (CDHEP/CL), e professor de Teologia Pastoral no Instituto Teológico São Paulo (Itesp/SP). Publica regularmente em *Vida Pastoral*, *REB*, *Convergência* e *Grande Sinal*. Acesso aos seus artigos em: artigospadrenicolausvd.blogspot.com.br – E-mail: nijlbakker@hotmail.com

Introdução

Nos temas que a CNBB indica para as Campanhas da Fraternidade (CFs), podemos observar certa alternância entre temas gerais e temas específicos. Se no ano passado a opção foi por um tema específico, no caso a “violência”, este ano temos novamente um tema geral: “as políticas públicas”. Certamente pesa o fato de a Igreja, em razão de sua



configuração ainda predominantemente clerical, sentir-se mais à vontade com abordagens genéricas. Já os/as leigos/as, profissionalmente e no dia a dia, lidam com questões específicas de educação, família, trânsito, biomas, justiça do trabalho, violência, e, na questão política, só podem atuar “partidariamente”. As abordagens genéricas são necessárias, mas perdem sua utilidade se não abrirem perspectivas para a ação concreta.

Inicialmente gostaríamos de relembrar a importância e a riqueza pastoral das CFs, justamente agora no nosso tempo pós-moderno, quando uma imaginária “volta ao sagrado” parece sugerir que se abandone de vez a preocupação com as políticas públicas, quaisquer que sejam. Em seguida, refletiremos sobre a necessidade de melhor elaboração do que hoje se entende por “teologia pública”. Especialmente no mundo cultural do Ocidente, impuseram-se as democracias laicas. Mas são realmente democracias? E qual a laicidade que se pode admitir se todo ser humano é, na sua essência, um ser religioso? Falar em políticas públicas requer uma análise teológica mais apurada sobre o que nós, como cristãos/ãs, podemos e devemos esperar de qualquer governo. Finalmente gostaria de apontar para algumas pistas pastorais concretas na perspectiva da CF-2019, levando em conta especialmente uma experiência recentemente vivida num país onde a secularização alcançou, talvez, o seu grau mais elevado.

1. As Campanhas da Fraternidade: um legado insubstituível

A primeira CF nacional realizou-se em 1964, com o lema: “Lembre-se: você também é Igreja”. De lá para cá, anualmente, num autêntico processo de “formação permanente”, temos sido lembrados de que a fé, sem as obras, é uma ilusão (cf. Tg 2,14-26) e de que

“As Campanhas da Fraternidade constituem um dos mais ricos legados das comunidades cristãs do Brasil”

o “amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei” (Jo 15,12) define a essência do evangelho e da vida cristã. Uma das principais características das nossas CFs tem sido o empenho

em superar o assistencialismo. Mais do que em outros continentes, a teologia entre nós evoluiu no sentido de captar melhor a necessidade de mudanças estruturais e sistêmicas. A maldade individual e a coletiva se alimentam mutuamente, po-

ré, mais importante do que combater o mal nas pessoas, é combater as “estruturas de pecado” (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 38), o mal entranhado nos modos de ser da sociedade: seu modo específico de lidar com a economia, a política, as questões sociais, culturais, ambientais etc. Assistir o pobre continua a ser um testemunho poderoso da fé cristã, mas não basta deixar as migalhas ao pobre Lázaro. É preciso apontar também para a situação injusta dos que “recebem os bens na vida”, enquanto outros, “por sua vez, os males” (Lc 16,19-31). É o que fez Jesus. Superar o assistencialismo não é um modismo apenas, fruto da teologia da libertação. Seu imperativo está solidamente ancorado no Magistério da Igreja. Basta dar uma olhada nos escritos dos papas João Paulo II (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 38-43), Bento XVI (*Caritas in Veritate*, n. 56-58) e Francisco (encontros com os movimentos sociais). O mesmo incentivo encontramos na Doutrina Social da Igreja: DSI 184, 201, 208, 351 e 524. Na atual conjuntura da nossa Igreja, percebemos, aqui e ali, certo mal-estar com as CFs. Em muitos lugares, elas são simplesmente “esquecidas”. Enfrentar o mal sistêmico (este ano nas “políticas públicas”) é desafiador e requer, de fato, muita persistência. Facilmente bate um desânimo, especialmente no clero. Nunca é hora de “jogar a toalha”, porém. As CFs constituem um dos mais ricos legados das comunidades cristãs do Brasil.



2. O grande desafio da “teologia pública”: qual o espaço da religião em governos laicos?

Pouco se tem falado no Brasil de uma “teologia pública”, mas, crescentemente, melhor elaboração se impõe.¹ Tratando, genericamente, de políticas públicas, a questão que se coloca é: o que a teologia (e a Igreja) tem a dizer sobre o dever do Estado, se este Estado é laico e possui sua autonomia própria? Nesta perspectiva, a Doutrina Social da Igreja, redigida pelo Pontifício Conselho “Justiça e Paz” e apresentada de modo orgânico em 2004, traz rica fonte de informação e inspiração. O nº 424 lembra o fundamento exposto na *Gaudium et Spes*, n. 76: “No terreno que lhes é próprio, a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas”. No nº 571, a autonomia política recebe limites: “A doutrina moral católica, todavia, exclui claramente a perspectiva de uma laicidade concebida como autonomia da lei moral”. E, dada a realidade que vivemos hoje em sociedades multirreligiosas, o nº 572 acrescenta: “Numa sociedade pluralista, a laicidade é um lugar de comunicação entre as diferentes tradições espirituais e a nação”.

Na *Caritas in Veritate*, n. 56, o papa Bento XVI pondera:

A exclusão da religião do âmbito público e, na vertente oposta, o fundamentalismo religioso, impedem o encontro entre as pessoas e a sua colaboração para o progresso da humanidade. A vida pública torna-se pobre de motivações, e a política assume um rosto oprimente e agressivo. Os direitos humanos correm risco de não ser respeitados, porque ficam privados do seu fundamento transcendente, ou porque não é reconhecida a liberdade pessoal. No laicismo e no fundamentalis-

¹ Cf. BAKKER, Nicolau João. O “mensalão/petrolão” e a teologia pública no Brasil. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 76, n. 304, p. 820-843, out./dez. 2016.

Quando a fé se torna social

Antonio Spadaro



O homem, hoje, mais do que à procura de um sinal, está habituado a ficar sempre na possibilidade de recebê-lo. Em outras palavras, vivemos sem fazer muitas perguntas sobre Deus: se Ele existe, aparecerá de algum modo. O desafio atual não deve ser como usar bem a rede, mas como viver bem nos tempos da rede. A rede não é um novo meio de evangelização, e sim um contexto no qual a fé é chamada a se exprimir.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



mo, perde-se a possibilidade de um diálogo fecundo e de uma profícua colaboração entre a razão e a fé religiosa. A razão tem sempre necessidade de ser purificada pela fé, e isto vale também para a razão política, que não se deve crer onipotente. A religião, por sua vez, precisa sempre ser purificada pela razão, para mostrar o seu autêntico rosto humano. A ruptura deste diálogo implica um custo muito gravoso para o desenvolvimento da humanidade.

**A religião precisa
sempre ser
purificada pela
razão, para mostrar
o seu autêntico
rosto humano”**

Cremos que estão aí os parâmetros principais para adequada teologia pública. O que, contudo, mais importa, do ponto de vista pastoral, é verificar o que esses parâmetros nos têm a dizer sobre políticas públicas, no atual contexto da realidade brasileira.

3. As políticas públicas e o indispensável aporte da religiosidade humana

Recentemente tive a oportunidade de passar um tempo na Holanda, país onde vivi até os meus 21 anos de idade e onde o processo de secularização parece ter chegado ao seu nível mais elevado. Grande número de pensadores atuais entende que o fenômeno da secularização é fenômeno típico da modernidade, sendo a tão comentada e atual “volta ao sagrado” fenômeno típico da pós-modernidade. Nós entendemos que a mesma modernidade continua existindo, mas adquirindo novas feições ou novas “fases”, aprofundando o clima laico da sociedade e atingindo faixas sempre crescentes da população. Nessa perspectiva, a “volta ao sagrado” não é uma volta, mas o “aparecimento” de centenas de novas formas de religiosidade humana e buscas de sentido que antes eram abafadas ou “invisibilizadas” por uma tradi-

ção religiosa onipresente, mais instituída e legalizada, caracterizada por grande respeito à autoridade, às normas e às leis.

Vejamos um exemplo. Na aldeia rural onde nasci, todas as famílias católicas (sem exceção!) frequentavam a missa dominical, e muitas delas ainda uma segunda missa, de manhã, além das vésperas cantadas à tarde.

Ninguém deixava também de receber os sacramentos oferecidos. Hoje, 50 anos depois, já não existe um único vestígio daquela tradição. As mesmas famílias, antes sempre presentes, hoje estão sempre ausentes. No máximo umas

20 ou 30 cabecinhas brancas se reúnem para a celebração dominical, geralmente dirigida por leigos. Os últimos padres vivos, também de cabeça branca, esforçam-se para atender, sozinhos, o que antes eram 5, 10 ou até 15 paróquias. Nesse país minúsculo, 1.200 (grandes) igrejas estão oficialmente à venda. Até os cegos podem ver que, em 20 anos, os bispos estarão lacrando a última das igrejas ainda abertas. “Fechadas para reforma.”

Vitória final da secularização e fim da Igreja católica na Holanda? Ledo engano. Vejamos outro exemplo. Seis anos atrás, permaneci também uma temporada na Holanda (onde ainda tenho muitos familiares) e, de bicicleta, passei por uma grande igreja que havia sido lacrada pelo bispo. Vendo a igreja aberta, entrei para ver. Encontrei um animado grupo de velhinhos e velhinhas, tomando café após a celebração: “Nossa igreja foi fechada pelo bispo, mas nós é que fizemos esta igreja e nós a abrimos de novo!”, disseram. Agora, seis anos depois, sabendo que a igreja acabou sendo comprada por uma grande imobiliária, mandei um *e-mail* para uma das lideranças do grupo: “Que pena que a longa batalha de vocês não frutificou e mais esta comunidade teve um triste fim”. Imediatamente veio um *e-mail* de volta: “O senhor



está muito enganado. Nossa comunidade agora se reúne no antigo conventinho tal e tal, e venha nos visitar, ela está mais animada do que nunca!” De fato, encontrei o grupo bem-disposto, acompanhado discretamente pelo ex-pároco (muito entristecido) e por dois padres dispensados das obrigações derivadas de seu estado clerical, ambos casados e bem animados. Além deles, milagrosamente, alguns jovens participando do grupo! Um desses jovens, bem formado, mas sem cerimônia, disse-se: “Aquele Igreja de mitra e báculo não nos empolga mais!”

Uma “comunidade de base” renascendo das cinzas? Creio que sim. Para um observador atento, é fácil perceber que, debaixo de uma laicidade mal digerida, existe fortíssima procura de novas formas de espiritualidade e buscas de sentido. O próprio “ateísmo moderno”, tão em voga atualmente no mundo ocidental, não passa de nova forma de lidar com a fé. Deus – sempre um “mistério” inacessível à linguagem humana – é deixado de lado, ou combatido, em favor de valores humanos que são, todos eles, profundamente religiosos. Na atual Holanda, em qualquer lugar, podem ser encontrados incontáveis grupos de voluntários e voluntárias para as mais diferentes finalidades, todas elas voltadas, ou para o meio ambiente, ou para o ser humano, especialmente para as pessoas “deitadas à beira da estrada” (cf. Lc 10,25-37): doentes, idosos, portadores de deficiência, desempregados, migrantes sem destino, drogados etc. Crescentemente, as diferentes ciências que se relacionam com a antropologia ressaltam ser a religiosidade seu traço essencial. Mudam as feições históricas, mas não o interesse pelo outro (a preocupação grupal ou comunitária) nem a busca pelo sentido da vida (que transcende a realidade observável). Trata-se de uma “constante antropológica”, diriam Edgar Morin e muitos outros.

Tem razão, portanto, a Doutrina Social da Igreja, quando observava: “Numa sociedade

O evangelho social de Jesus

O reino de Deus em perspectiva mediterrânea

Bruce J. Malina



176 págs.

Você gostaria de ver a proclamação de Jesus a respeito do reino de Deus de maneira nova, agradável e não convencional? Este livro é um instrumento. No entanto, você nunca mais lerá a Bíblia da mesma maneira, pois o autor não tem hesitado em criticar e apontar os limites da leitura tradicional das Escrituras. Seu projeto tem sido tanto desconstruir como reconstruir uma abordagem aos estudos bíblicos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



pluralista, a laicidade é um lugar de comunicação entre as diferentes tradições espirituais e a nação”. Políticas públicas que não respeitam as tradições espirituais das sociedades, hoje multirreligiosas, não vêm ao encontro daquilo que mais preservava uma democracia autenticamente humana: a boa ética social e ambiental, que, quando aberta ao transcendente, constitui o coração de todas as religiões existentes.

“A melhor forma de lidar com políticas públicas é a constituição de ‘fóruns sociais regionais’”

4. Políticas públicas e a ação pastoral concreta

Entrando agora na ação pastoral concreta, seria oportuno nos aconselharmos com um autor ainda pouco conhecido entre nós, mas atualmente com grande destaque nos países europeus: o teólogo, filósofo, sociólogo (e místico) tcheco Tomáš Halík. É professor de Filosofia e Sociologia na Universidade de Praga e foi o confidente pessoal do papa João Paulo II. É considerado um dos autores que, com maior profundidade, aborda a questão da fé em sociedades seculares. Seus dois livros principais, *Paciência com Deus* e *A noite do confessor*, são *best-sellers* na Europa.

Por que insistir no enfoque da secularização? Porque este não é apenas um problema “do lado de lá”; a secularização é também forte e crescente realidade entre nós. Quais são as duas metodologias pastorais ou, poderíamos dizer, quais são as duas “Igrejas” que mais se fazem presentes entre nós? Não são a Igreja do movimento carismático e a Igreja das CEBs? Há muitos motivos para concordar com isso. Quanto à Renovação Carismática, seguimos o pensamento do teólogo Pedro Rubens,² vendo no movimento um dos

melhores frutos do Concílio Vaticano II. Leonardo Boff (mais crítico) teria usado para a Renovação a mesma definição usada para as CEBs: “um novo modo de ser Igreja”. Os

teólogos, porém, ressaltam algumas diferenças significativas. Na nossa análise, uma vertente (a das CEBs) absorveu mais plenamente a secularização, a outra não. Para sobreviverem no mundo secular, ambas precisam abrir-se uma à outra. Tendo em

vista a CF-2019, quais propostas pastorais concretas surgem dessa abordagem?

1) A melhor forma de lidar com políticas públicas é a constituição de “fóruns sociais regionais”.

2) Os “fóruns sociais regionais” devem estar abertos para ampla participação multirreligiosa.

Já, já a explicação. Após argumentar que a secularização é um processo histórico irreversível e universal, embora de feições muito variadas, de acordo com o contexto histórico local e a receptividade individual (também em meio ao clero), Tomáš Halík vai concluindo:

“A Igreja dará a melhor resposta às diversificadas necessidades espirituais das futuras gerações se conseguir apresentar o cristianismo como um “modo de vida” com profunda *dimensão espiritual* e, como segunda característica, forte *testemunho de solidariedade*, especialmente para com aqueles que foram excluídos dos bens da sociedade” (*A noite do confessor*, cap. 9).

Qual o ponto central nas reflexões do autor? A Renovação Carismática é uma representante típica da religiosidade não secularizada: prioriza não a razão, mas a emoção; a ação de Deus (ou do Espírito Santo) é concebida não dentro, mas fora das realidades históricas; a leitura da Bíblia é mais literal que racional (não leva em conta os con-

² RUBENS, Pedro. Renovação Carismática como movimento pós-conciliar: 50 anos depois, balanço e perspectivas. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 77, n. 308, p. 852-879, out./dez. 2017.



textos históricos); trabalha bem a indispensável adesão pessoal à fé, mas fecha a pessoa na sua tradição religiosa, sem mostrar as “estruturas de pecado” que a aprisionam; mobiliza o laicato, mas não desenvolve uma consciência crítica que possibilita superar o clericalismo.

As CEBs, por sua vez, são exemplos típicos de uma religiosidade mais secularizada. Nasceram da mesma fonte conciliar, mas apresentam uma dinâmica oposta à da Renovação porque usam uma metodologia diferente, mais racional. Por confrontar a Bíblia e a teologia sempre com os contextos históricos (antigos e novos), captam melhor os “sinais do tempo” e desenvolvem a consciência crítica que favorece uma espiritualidade mais profética ante as estruturas de pecado na sociedade (e até na Igreja). Quem, porém, pensa que essa postura pastoral mais racional está livre da tentação se engana muito. A secularização é um processo histórico normal de purificação da fé, mas, em virtude de sua índole racional, fica facilmente presa a uma racionalidade desvinculada da “dimensão espiritual” ressaltada por Halík. Ele insiste neste ponto: a fé começa onde a ciência acaba. A fé capta o que está para além do racionalmente observável. Na sociedade secular, insistir nessa fé é questão de vida ou morte.

Diz o autor:

Religião, no sentido mais amplo desta palavra, é tão natural à vida humana quanto a ética, a estética ou o erotismo [...]. Muita gente confunde a indispensável neutralidade religiosa (ou “confessional”) do Estado com uma nova forma de “ateísmo estatal” [...]. A neutralidade religiosa do Estado é a garantia jurídica para a liberdade e pluralidade religiosas (com inclusão da fé ateísta) [...]. Assim como “não se envolver com política” é uma postura política, assim também o “não se envolver com Deus” reflete uma postura religiosa [...]. Estou convencido de que a “salvação da Igreja”

não vem nem da esquerda nem da direita [...] mas da *profundidade*, de uma profunda renovação teológica e espiritual [cap. 9] [...]. Por isso, cada passo em direção [...] à formação de um novo clima social é da maior importância [cap. 11] [...]. Um dos paradoxos do nosso tempo é este: aquela parte da Igreja que se considera ser seu “burgo inexpugnável”, na verdade, pode ser “a casa construída sobre a areia” [...]. Em diversos lugares neste livro [...] distanciei-me dos “novos movimentos religiosos” [...]. No calor do fervor religioso pode não ser percebida a profunda crise em que o atual contexto religioso se encontra [...] e assim perder a chance de um novo começo [cap. 16].

Claramente o autor, para o mundo secular que vem se impondo, não vê futuro nos “renascimentos espirituais” à moda antiga, mas também não vê futuro numa “solidariedade” (das pastorais sociais) baseada exclusivamente em modernos critérios racionais. Apenas a fé, que vai além da objetividade racional (política, econômica, cultural etc.), pode indicar o rumo do “outro mundo” a construir. Sem profunda dimensão espiritual, o mundo secular torna-se facilmente secularista ou antirreligioso. O Espírito de Deus, presente em todo ser humano em qualquer lugar do mundo, rebela-se contra isso. A busca de um sentido para a existência faz parte da própria antropologia humana – faz parte da “gramática” humana, dizia Bento XVI –, e apenas na fé é possível encontrar resposta.

Conclusão

Está aí toda a urgência da constituição de expressivos *fóruns sociais regionais*. Combater ou aperfeiçoar políticas públicas – com base na fé – requer imenso esforço, persistente e coletivo, da grande comunidade religiosa. Os fóruns não querem substituir as iniciativas de pastorais específicas ou



a ação de qualquer grupo ou entidade existente. Querem, sim, “integrar” e “fortalecer” esforços e interesses comuns. Basta uma reunião mensal dos representantes dos diferentes grupos, pastorais ou entidades. Diversas dinâmicas são possíveis: inquirir a população sobre suas propostas; apresentá-las às autoridades em encontros coletivos ou seminários; ouvir

especialistas da área; caminhadas ecológicas ou manifestações de protesto; participação em conselhos e eventos municipais etc. O importante é trabalhar de forma *multirreligiosa*, com portas abertas também para grupos não religiosos (associações de bairro etc.), e que a fraternidade (a “solidariedade” nas políticas públicas) não deixe de acontecer. ●

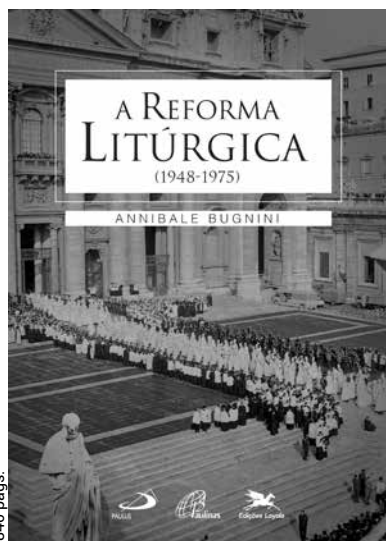
Referências bibliográficas

BENTO XVI. Carta encíclica *Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulus, 2009. (Documentos da Igreja).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2004. (Documentos da Igreja).

HALÍK, Tomáš. *A noite do confessor: a fé numa era de incerteza*. São Paulo: Paulinas, 2014.

JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html>. Acesso em: 6 out. 2018.



A Reforma Litúrgica (1948 – 1975)

Annibale Bugnini

Este livro traz as recordações do autor e os relatos detalhados, com ampla referência documental, dos bastidores da Reforma Litúrgica (1948 – 1975), oferecendo aos leitores uma visão mais ampla das dificuldades e dos avanços da liturgia renovada pelo Concílio.



Teologia do Evangelho de Lucas: um caminho sempre atual

Aíla Luzia Pinheiro de Andrade*

Maria Nivaneide de Abreu Lima**

A palavra evangelho significa feliz anúncio, proclamação de uma novidade que revoluciona a vida dos seres humanos, a saber: a salvação em Jesus Cristo crucificado e ressuscitado. Com o tempo, o interesse pela história desse Jesus, que “andou por toda parte fazendo o bem” (At 10,38), fomentou o surgimento de um novo gênero literário, o evangelho, a narração da história de Jesus à luz dos eventos pascais, fruto do esforço das comunidades para formular e exprimir o significado dessa pessoa e de sua obra, bem como para explicitar a vida cristã, enquanto convite ao seguimento de Cristo. Tal anúncio consiste na mensagem essencial da fé e exige uma tomada de posição.

*Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, nj, é graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje – BH), onde também cursou mestrado e doutorado em Teologia Bíblica e lecionou por alguns anos. Atualmente, leciona na Faculdade Católica de Fortaleza e na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). É autora do livro *Eis que faço novas todas as coisas – teologia apocalíptica* (Paulinas). E-mail: aylanj@gmail.com

**Maria Nivaneide de Abreu Lima é bacharela em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Possui graduação em Letras – Português e Espanhol – pela Universidade Federal do Ceará (2008). Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Portuguesa.

Introdução

Os evangelhos têm a pretensão de mostrar que é na totalidade da vida de Jesus que encontramos salvação. Mais do que relatos de uma história, são testemunhos de fé. Seu ponto de partida é a experiência dos primeiros discípulos, que aderiram a Jesus e foram impactados pela vida, palavras e comportamento do homem de Nazaré; que sofreram o ruir de suas esperanças com a morte do mestre; e que



reencontraram, em sua ressurreição, sentido e resposta para a existência.

É importante sublinhar que cada evangelho está referido a uma comunidade determinada. Cada autor narra a história de Jesus de um modo que faça sentido para a comunidade à qual escreve e que suscite nela a adesão à sua proposta do Cristo. Assim, os evangelhos não são neutros; pelo contrário, estão profundamente marcados pela fé da comunidade, bem como por seus desafios e crises. Neste artigo, refletiremos sobre alguns aspectos do Evangelho de Lucas que poderão nos ajudar em nosso caminho de seguimento de Cristo e em nossos esforços de evangelização. Nosso intuito é apresentar a mensagem central do terceiro evangelho, sublinhando seu caráter atual, de forma que a Palavra proclamada seja eficaz para o tempo presente.

1. A obra lucana em seu projeto literário e teológico

O Evangelho de Lucas é uma proclamação do acontecido com Cristo Jesus e da salvação realizada por ele no mistério de sua encarnação, morte e ressurreição. É um manual de catequese, que ajuda no processo de iniciação e de reiniciação à fé. É fruto do esforço da Igreja depois de longo desenvolvimento da prática evangelizadora. Assim, apresenta as características de quem deseja se tornar discípulo missionário de Jesus e as exigências que lhe são feitas, tais como:

- a opção radical por Jesus e pela proposta do Reino, na qual é priorizada a vida plena para todos, sem discriminações ou privilégios;

- o ato de carregar a cruz como expressão do dom total de si mesmo a Deus, que significa assumir, com liberdade e responsabilidade, as consequências da opção por Cristo;

- o serviço à Palavra com docilidade pressurosa, percebendo os sinais dos tempos e a urgência do Reino de Deus;

- a oração pessoal e a vivência litúrgica como “espaços” privilegiados da experiência com o Cristo ressuscitado, que evangeliza o mundo atual mediante a ação do Espírito Santo nos discípulos missionários.

“O Evangelho de Lucas é uma proclamação do acontecido com Cristo Jesus e da salvação realizada por ele no mistério de sua encarnação, morte e ressurreição”

1.1 O autor e sua proposta

O autor do Evangelho de Lucas seria um convertido ao seguimento de Jesus, proveniente do ambiente da cultura helenista, pertencente à classe social alta, conhecedor da retórica grega e da exegese judaica e muito familiarizado com a versão grega do Antigo Testamento (LXX); um gentio que, entre os anos 80-85 d.C., escreve a comunidades cristãs fora de Israel (CASALEGNO, 2003, p. 235-240), que não entendem a cultura na qual surgiu a mensagem de Jesus. Sua intenção – explicitada no prólogo do evangelho: “para que conheças a solidez dos ensinamentos que recebestes” (Lc 1,4) – revela seu interesse de revigorar a fidelidade ao ensinamento e à prática transmitidos pela tradição apostólica e garantir a autenticidade da doutrina, mostrando que as práticas e os ensinamentos assumidos pelas comunidades de sua época estão enraizados no tempo de Jesus.

A perspectiva adotada pelo autor está em função da apresentação do cristianismo como uma continuidade e um desdobramento legítimos do judaísmo (cf. At 23,6; 24,21). O autor pretende afirmar que a salvação prometida a Israel e realizada em Jesus é transmitida pela corrente da tradição apostólica. Para isso, recolhe as tradições sobre o ministério de Jesus, reelabora-as e compõe uma catequese em duas partes, evangelho e Atos dos Apóstolos, cuja unidade é defendida pela maioria dos estudiosos do Novo Testamento (CASALEGNO,



2005, p. 29-32). Desse modo, o autor indica como as ações e as palavras de Jesus foram compreendidas e prolongadas por seus discípulos (GEORGE, 1982, p. 6).

O Evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos, em sua unidade literária e teológica, apresentam o caminho profético e salvador através do qual Deus Pai percorre um trajeto com a humanidade, inicialmente com o povo da aliança, depois por meio de Jesus e das primeiras comunidades de seus seguidores e, enfim, com cada geração, até a plenitude do Reino para todos preparado.

1.2 Seguir Jesus pelo caminho

Cada leitor de Lucas é, ao mesmo tempo, convidado e desafiado a percorrer esse caminho de salvação, a olhar retrospectivamente o caminhar da Palavra de Deus, presente nas promessas feitas a Israel, o caminhar de Jesus como realização dessas promessas e, por fim, o caminhar da Palavra proclamada pelos apóstolos na força do Espírito. Tais etapas estão intimamente relacionadas. Formam um único itinerário: o caminho da salvação realizada por Deus na história humana, que alcança os nossos tempos, nos interpela, nos dá sentido à existência e nos impele a aventurar-nos nessa travessia.

O tema do “caminho”, na obra lucana, qualifica a vida e a comunidade cristã. O uso do verbo “ir” (passar, caminhar), que aparece 51 vezes no evangelho e 37 nos Atos, confirma essa perspectiva. Esse verbo aparece tanto nos relatos da infância, para indicar que os pais de Jesus estão a caminho de Jerusalém (cf. 1,39; 2,3.41), como no final do episódio da sinagoga de Nazaré (cf. 4,30), na inauguração de sua pregação na Galileia (cf. 4,14-9,50).

Nos caminhos da Galileia, Jesus pregava e anunciava a Boa-Nova do Reino de Deus (cf. 8,1) por palavras e obras: por meio de parábolas que mostram como se deve ouvir a Palavra de Deus, dar-lhe atenção (cf. 8,4-21), e de ações que comprovavam ser ele o Messias

O Novo Testamento em seu ambiente social

John E. Stambaugh e David L. Balch



Para estudar o Novo Testamento, é preciso conhecer os aspectos político, religioso, econômico e social da Palestina e das cidades do império romano. Este livro sintetiza a recente pesquisa acadêmica na área, com o objetivo de ajudar o leitor a entender o relacionamento entre os cristãos mais antigos e o mundo que os cercava.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



(cf. 8,22-56). No sermão da planície, é apresentado como profeta, que traz uma mensagem de fraternidade, filiação, amor e misericórdia (cf. 6,12-49).

Em Lc 9,51, Jesus toma decididamente o caminho de Jerusalém (cf. 9,51-19,27), seguido por seus discípulos e grande multidão. Seu destino é Jerusalém, centro e símbolo do antigo povo de Deus, o coração de todas as expectativas e esperanças de Israel, onde morrerá para entrar na glória e, desse modo, cumprir todas as profecias a seu respeito (cf. 24,27).

No caminho para Jerusalém, além das instruções acerca das condições do seguimento (cf. 9,51-10,42), da oração (cf. 11,1-13) e das características do verdadeiro discípulo (FABRIS, 2006, p. 13) – para que os discípulos compreendam as implicações da mensagem de Jesus na práxis cotidiana –, é narrada a parábola que foi universalizada com o título de “o Bom Samaritano” (cf. 10,25-37). Nessa parábola, a vivência do seguimento de Jesus é a execução da vocação do ser humano expressa na totalidade das Escrituras, vocação que, em resumo, implica a tarefa de amar efetivamente a Deus e ao outro que nos interpela no caminho para a vida eterna.

No capítulo 15 do Evangelho de Lucas, encontramos três parábolas que tratam do tema da alegria em encontrar o que se havia perdido e nos revelam a maneira como Deus age – norma para a vida dos discípulos e da comunidade cristã. Prosseguindo o caminho, continuam as instruções sobre o uso dos bens (cf. Lc 16), sobre a espera vigilante do Filho do homem (cf. 17,22-37; 18,1-8; 19,11-27) e sobre a salvação e o perdão universais, oferecidos também aos excluídos e pecadores (cf. 17,11-19; 18,9-14; 19,1-10).

O último episódio da parte central do Evangelho de Lucas, a grande viagem de Jesus para Jerusalém, acontece na casa do chefe dos

cobradores de impostos (cf. 19,1-10). Nesse ponto, mostra-se a opção por Jesus e o abandono do ídolo das riquezas. O

relato mostra o processo de iniciação à fé realizado por Zaqueu. No início, ele demonstra um fascínio por Jesus, mas poderia ter se detido aí. A admiração por Jesus ainda não é uma adesão de vida aos propósitos do Reino. Foi a atitude de Jesus, contrária à da multidão, que levou Zaqueu a uma fé madura, com consequên-

cias práticas para a própria vida.

O caminhar de Jesus não termina com a chegada a Jerusalém e com a paixão que sofreu. Essa caminhada continua nas cenas seguintes após sua morte, com os discípulos de Emaús (cf. 24,28). Ela se conclui em Jerusalém, quando, reunido com os discípulos, Jesus sobe aos céus (cf. At 1,10-11) e derrama o seu Espírito sobre a Igreja (cf. At 2,32.35). Esta, por sua vez, continuará a “caminhar”. O protagonista dessa caminhada é, a partir de então, a “Palavra”, que será anunciada com intrepidez pelos apóstolos desde Jerusalém até os confins do mundo, conforme o programa apresentado em At 1,8.

1.3 Assumir com liberdade e responsabilidade as consequências da opção por Cristo

Pensar a vida e a comunidade cristã à luz da metáfora do caminho implica abertura a uma experiência dinâmica e progressiva, a uma aventura que brota do encontro com Jesus e da adesão à sua proposta: “Segue-me” (5,27). É ao longo desse caminho que cada discípulo, de ontem e de hoje, aprende do Senhor que o seguimento dele exige uma opção radical: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome sua cruz cada dia e siga-me” (9,23); aprende que, nesse percurso, pode encontrar acolhimento e hospitalidade,

“O caminhar com Cristo deve ser entendido como relacionamento profundo e íntimo com Deus, tendo consequências práticas na vida cotidiana”



como na casa de Marta e Maria (cf. 10,38-42), mas também recusa e rejeição, como no território dos samaritanos (cf. 9,53).

O caminho de Jesus oferece riscos, não se amolda ao projeto de alguém que pretende viver um cristianismo *light* ou sonha com sucesso ou prestígio.

Seguir Jesus quer dizer ser fiel a alguém que é perseguido, que não tem seguranças sociais e familiares (9,57-62); uma pessoa que está sendo procurada pelo poder político como perigosa (13,31-32); alguém que é rejeitado pelos chefes e dirigentes religiosos (13,34) [...]. É o caminho da fidelidade e da coragem, mesmo diante da repressão violenta das estruturas do poder, sinagogas e reis, mesmo perante a morte violenta (21,12) (FABRIS, 2006, p. 189; 202).

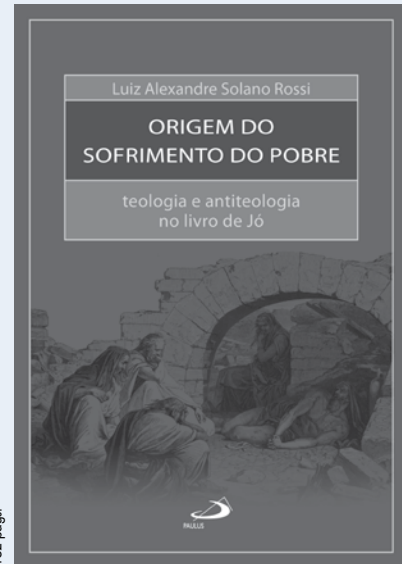
O agir cristão é um caminhar com Jesus cada dia, até a plena realização do propósito de Deus. Isso exige decisão firme, pois os discípulos estão vinculados ao caminho de Jesus e devem agir em conformidade com os ensinamentos e com a vida do Mestre. Desse modo, o caminhar com Cristo deve ser entendido como relacionamento profundo e íntimo com Deus, tendo consequências práticas na vida cotidiana. Desse modo, não há lugar para uma religiosidade intimista e subjetivista, sem experiência pessoal com o Deus misericordioso. O seguimento de Jesus consiste em adesão pessoal, comprometimento de vida, não apenas em crenças em formulações doutrinárias. Seus seguidores devem amar como ele amou, ter misericórdia como ele teve misericórdia, pois, com sua vida, palavras e comportamento, Jesus nos mostrou que essa atitude partia de Deus mesmo: "Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai" (Lc 6,36).

A seguir, refletiremos sobre o relato da manifestação de Jesus aos discípulos de Emaús, que, no caminho com Cristo ressus-

Origem do sofrimento do pobre

Teologia e antiteologia no livro de Jó

Luiz Alexandre Solano Rossi



152 págs.

A humanidade está vivendo uma de suas maiores crises: o aumento da polarização entre ricos e pobres. Os ricos agradecem a Deus nos mais diversos altares, como se a riqueza fosse uma recompensa divina. Mas nenhum sistema econômico que produz injustiça pode ser abençoado. A obra traz a experiência de Jó, que proclama que não há relação entre pecado e sofrimento ou entre virtude e recompensa.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



citado, passam por um processo de reiniciação na fé. Eles vão do desânimo à esperança e da religião à experiência de fé, que consiste em uma adesão da própria vida ao projeto do Reino, celebrado e proclamado. Tornam-se discípulos e são investidos como missionários pelo Cristo ressuscitado, presente na caminhada, na Palavra e na liturgia. É bom exemplo de como podemos, hoje, reencantar os desencantados com o cristianismo.

2. O caminho para Emaús

O episódio do caminho para Emaús (cf. Lc 24,13-35), resumo da obra lucana, encontra-se no contexto da atividade de Jesus em Jerusalém (cf. 19,28-24,53), lugar onde acontece a plenificação da salvação operada em Cristo. O evangelista segue estruturando sua narrativa no contexto de uma caminhada e, como escreve na perspectiva da história da salvação, acentua a sucessão dos acontecimentos em um relato marcado por oposições e contrastes entre seu início e seu final, tanto no que diz respeito à situação – no início os discípulos estão saindo de Jerusalém (cf. v. 13) e, no final, retornam (cf. v. 33) – quanto o que toca à sua compreensão, passando da ignorância ao conhecimento: no início estão com os olhos impedidos de ver (cf. v. 16), no final estes se abrem e reconhecem Jesus (cf. v. 31) (SKA, 2001, p. 48-49).

Essa estrutura nos revela ser preocupação do autor a transmissão de uma experiência que é fundadora para a comunidade. Experiência que todo cristão deve fazer para seguir Jesus. O

relato pode ser organizado em cinco partes, a saber: a) 13-16 – os discípulos se afastam, Jesus se aproxima, mas os olhos estão impedidos de reconhecê-lo; b) 17-24 – o diálogo de Jesus com os dois: frustração e desesperança; c) 25-27 – a longa explicação das Escrituras; d) 28-31 – o convite, a fração do pão e o reconhecimento: abertura dos olhos; e) 32-35 – à experiência do encontro com o Senhor segue o retorno para a comunidade.

No relato, a abertura das Escrituras constitui um divisor de águas no itinerário da fé pascal. Anteriormente, o acontecido com Jesus parecia incompreensível, mas quem conhece as Escrituras, quem as compreende bem, é capaz de perceber a lógica do agir de Deus na história. Por isso, Jesus repete a lentidão dos discípulos em crer que ele ressuscitou. A explicação das Escrituras é essencial para compreender o evento Cristo. Os profetas dão testemunho da inevitabilidade da morte de Jesus e da entrada dele na glória do Pai (CASALEGNO, 2003, p. 195).

O processo de assimilação do acontecido com Jesus se realizou progressivamente, ao longo de uma caminhada de reflexão sobre as Escrituras à luz dos eventos pascais. Tal processo consistiu não apenas na abertura das Escrituras, mas também em longo percurso pela história de Jesus, considerando-a inserida na história do povo de Israel. Os discípulos releem toda a vida de Jesus à luz da páscoa, pois a ressurreição não tem sentido em si mesma, mas ganha sentido por meio da correspondência com o modo como

“O processo de assimilação do acontecido com Jesus se realizou progressivamente, ao longo de uma caminhada de reflexão sobre as Escrituras à luz dos eventos pascais”

Folheto O Domingo – um periódico que tem a missão de colaborar na animação das comunidades cristãs em seus momentos de celebração eucarística.

Assine: assinaturas@paulus.com.br



Jesus viveu e morreu. Há íntima relação entre a vida, a morte e a ressurreição de Jesus.

No final da caminhada para Emaús, a meta foi atingida. Verdadeiramente o Senhor ressuscitou! E agora? O que fazer, senão retornar à comunidade? De fato, esse itinerário não teria sentido se não fosse partilhado, se não fizesse parte da experiência de uma comunidade. Por isso a urgência de retornar a Jerusalém para anunciar os acontecimentos do caminho, uma vez que essa experiência não é vivida isoladamente, mas em comunidade, junto àqueles que professam e vivem essa mesma fé no Ressuscitado.

A cidade de Jerusalém simboliza o lugar de irradiação da salvação. Não é simplesmente um lugar geográfico, mas sim teológico. Para Lucas, as nações todas não precisarão se dirigir a Jerusalém para obter a salvação. Ao contrário, é Jerusalém, simbolizada por cada cristão, que irá a cada nação anunciar a salvação realizada em Cristo. Cada cristão que realizou o percurso e reconheceu Jesus Cristo ressuscitado no final do caminho deve agora levar sua experiência às nações que anseiam pela libertação, verificada na vida concreta de todo aquele que adere a essa experiência.

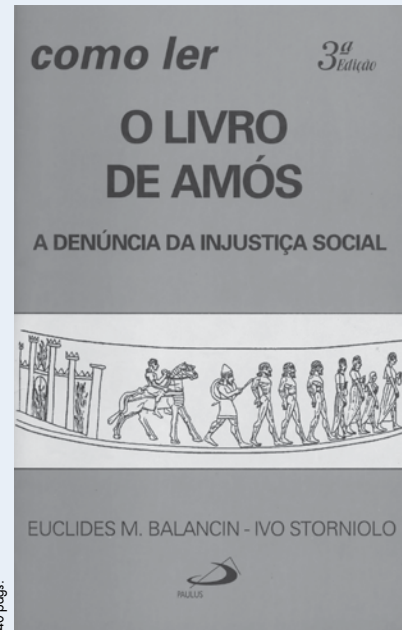
Considerações finais

A partir da experiência com o Ressuscitado, os cristãos fizeram uma releitura da vida de Jesus, de seus gestos e de suas palavras e condensaram essa experiência nos evangelhos. Um dos objetivos principais dos relatos evangélicos é mostrar que o Ressuscitado não é outro senão o Nazareno, o Crucificado. Esse processo de releitura, na obra lucana, está expresso na narrativa de uma grande viagem que se apresenta como verdadeiro itinerário da experiência pascal.

No texto lucano, a grande viagem de Jesus a Jerusalém constitui um programa de catequese cujo objetivo é fazer que os discípulos possam compreender o plano salvífico

Como ler o livro de Amós A denúncia da injustiça social

Euclides M. Balancin e Ivo Storniolo



40 págs.

O livro de Amós é uma grande denúncia da injustiça social. Além disso, é uma crítica à religião que serve de fachada para a injustiça acobertadora de um sistema um sistema social iníquo e viciado pela raiz. Lendo o livro de Amós, podemos ter uma ideia do significado e da forma da atividade profética, pois o texto desse profeta é uma verdadeira introdução ao profetismo, com todos os elementos básicos que caracterizam os livros proféticos que surgirão posteriormente.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



de Deus. Assim, o relato da caminhada de Emaús torna-se uma catequese pascal, cujo ponto de partida é o evento Cristo. Portanto, para compreender a ressurreição de Jesus, é necessário vê-la em continuidade com sua vida e morte; ou seja, a história de Jesus não termina na cruz.

No processo de abertura dos olhos dos discípulos, a explicação das Escrituras torna-se indispensável. Ela prepara o terreno com suas sementes, cujos frutos serão colhidos mais tarde, na “fração do pão”. E as sementes lançadas despertam nos ouvintes o desejo de ser discípulos de Jesus, de se pôr a caminho com ele, de conhecê-lo mais intimamente, e para isso é necessário entrar na dinâmica do

seguimento de Jesus e da opção por ele.

O ponto de partida da catequese pascal situa-se na realidade existencial das pessoas com as quais Jesus se encontra. Isso porque o conteúdo da fé cristã é a vida de Jesus e, por isso, tal fé somente poderia ser acolhida na situação existencial de cada pessoa e por meio da pertença à comunidade. Não obstante, mesmo partindo de uma situação existencial, a experiência com o Ressuscitado é sempre uma proposta. Esta vem de fora, pois é Jesus quem interpela as pessoas pela mediação da comunidade, a qual guarda e transmite o depósito da fé. A comunidade narra esse evento para que o ouvinte de todos os tempos se ponha a caminho, faça o mesmo percurso e se deixe interpelar pelo Senhor, como fizeram os discípulos. ●

Referências bibliográficas

- BARREIRO, A. *O itinerário da fé pascal: a experiência dos discípulos de Emaús e a nossa* (Lc 24,13-35). São Paulo: Loyola, 2001.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*: edição pastoral. São Paulo: Paulus, 2018.
- CASALEGNO, Alberto. *Lucas: a caminho com Jesus missionário*. Introdução ao terceiro evangelho e a sua teologia. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Ler os Atos dos Apóstolos: estudo da teologia lucana da missão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- FABRIS, Rinaldo. O Evangelho segundo Lucas. In: _____. MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos II*. São Paulo: Loyola, 2006.
- GEORGE, A. *Leitura do Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1982. (Cadernos bíblicos, 13).
- GOURGUES, Michel. *As parábolas de Lucas: do contexto às ressonâncias*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MESTERS, C.; OROFINO, F. *Pé no chão, sonho no coração: olhar no espelho das primeiras comunidades*. São Leopoldo: Cebi, 2001.
- MOXNES, H. *A economia do Reino: conflito social e relações econômicas no Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PENALVA, José. *Pensar Jesus a partir de Lucas*. São Paulo: Ave-Maria, 1999.
- RETAMALES, Santiago Silva. *Discípulo de Jesus e discipulado segundo a obra de São Lucas*. São Paulo: Paulus, 2005.
- RICHARD, P. *O movimento de Jesus depois da ressurreição: uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- RIUS-CAMPS, J. *O Evangelho de Lucas: o êxodo do homem livre*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SKA, Jean Louis. *O Deus oleiro, dançarino e jardineiro: ensaios de antropologia bíblica*. São Paulo: Loyola, 2001.
- STORNIOLO, I. *Como ler o Evangelho de Lucas: os pobres constroem a nova história*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

Também na internet:
vidapastoral.com.br

*Luiz Alexandre Solano Rossi é doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e pós-doutor em História Antiga pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary (Califórnia, EUA). É professor no programa de Mestrado e Doutorado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Publicou diversos livros, a maioria pela PAULUS, entre os quais: *A falsa religião e a amizade enganadora: o livro de Jó*; *Como ler o livro de Jeremias*; *Como ler o livro de Abdias*; *Como ler o livro de Joel*; *Como ler o livro de Zacarias*; *Como ler o livro das Lamentações*; *A arte de viver e ser feliz*; *Deus se revela em gestos de solidariedade*; *A origem do sofrimento do pobre*. E-mail: luizalexandrrossi@yahoo.com.br



Luiz Alexandre Solano Rossi*

8º Domingo do Tempo Comum
3 de março

A humanização das relações interpessoais

I. Introdução geral

A liturgia deste 8º domingo do Tempo Comum nos propõe uma reflexão sobre a maneira pela qual nos construímos como discípulos e discípulas no seguimento de Jesus Cristo. É preciso ter consciência de que estamos sempre em processo de ser discípulos. Não se trata de projeto que atinge seu fim em determinado ponto de nossa vida. Nesse processo de progredir sempre, a maturidade se faz presente, e a cada dia nos parecemos mais com Jesus Cristo: “Não vivo eu, mas Cristo vive em mim” (Gl 2,20).

A primeira leitura sublinha os frutos que podemos gerar em nosso processo de construção histórico. O ser humano pleno é aquele que se alicerça no raciocínio e na palavra. Assim, os sentimentos de uma pessoa bem construída são, também, plenamente positivos.

A segunda leitura nos traz a teologia da ressurreição de Paulo como firme fundamento da fé, afirmando que, a partir



da ressurreição, podemos caminhar em novidade de vida, ou seja, firmes e inabaláveis, progredindo sempre na obra do Senhor.

E a leitura do Evangelho de Lucas nos propõe assumir a catequese de Jesus como instrumento de humanização de nossas relações com outros irmãos e irmãs.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Eclo 27,5-8

Os versículos em foco se encontram numa estrutura maior, que poderíamos denominar “das coisas que entristecem”. Por isso o autor inicia a seção com um provérbio numérico, elencando as mudanças lamentáveis acontecidas sempre segundo valores descendentes, ou seja, do poder para a miséria, da honra para o desprezo e da justiça para o pecado.

Nos vv. 4-7, o autor apresenta três comparações, baseadas na ideia da necessidade de provar as pessoas antes de emitir um juízo sobre elas. Afinal, geralmente há demasiada rapidez em emitir um juízo de valor a respeito das mais variadas pessoas (tanto conhecidas quanto desconhecidas). As provas da peneira, do forno e dos frutos convergem para a sugestão de que são as discussões, o raciocínio, a fala de uma pessoa que revelam o seu interior. Devemos observar que os vv. 7-8 asseveram claramente que a fala é a “pedra de toque” das pessoas.

O ser humano sempre é percebido à luz de suas ações exteriores. No entanto, as ações exteriores de cada ser humano devem ser refletidas a partir de dentro. O ser humano, nesse sentido, é fruto das sementes que ele mesmo plantou em seu coração.

2. II leitura: 1Cor 15,54-58

Praticamente em todo o capítulo 15 de 1 Coríntios, encontramos o apóstolo Paulo afirmando a ressurreição como firme fundamento da fé dos discípulos e discípulas de Jesus. Num ambiente em que, mesmo na co-

munidade, alguns negavam a ressurreição dos mortos, fazia-se necessário estabelecer definitivamente o pressuposto central da fé, a fim de que a vida pudesse ser vivida com sentido e finalidade. Ou seja, a morte, na teologia paulina, jamais teria a última palavra. Na teologia da ressurreição de Paulo, a morte sempre é uma situação penúltima.

Assim, Paulo, num hino triunfal, proclama a vitória da vida em meio à morte. A “morte foi afogada na vitória” é declaração cristológica fundamentada na ressurreição. Não se trata de evento futuro, mas de realidade que se verifica a partir de Jesus ressuscitado. A vida nova, portanto, já teve início. Se a morte já não tem força, isso se explica porque foi suplantada e derrotada por uma força maior. O império da morte é desfeito, e seu ferrão destruidor – o pecado –, destruído.

Há também no texto, contudo, uma expressão de ação de graças. Tão grande vitória não aconteceu por força e sabedoria humanas. A vitória é graça de Deus que se realiza na história de seu povo por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. Assim, para Paulo, podemos caminhar em novidade de vida, ou seja, firmes, inabaláveis e progredindo sempre na obra do Senhor.

3. Evangelho: Lc 6,39-45

Esse texto se encontra num dos grandes discursos de Jesus dirigidos unicamente aos seus discípulos. Na concepção de Lucas, o discurso de 6,20-49 é um resumo das instruções de Jesus àqueles que serão testemunhas de seu ministério na Galileia, com base em sua pregação, em seu ensino e em sua atividade de cura.

A referência ao cego que guia outro cego e a do discípulo que se apresenta maior do que seu mestre apontam possivelmente para falsas orientações em circulação no interior da comunidade. Jesus usa de uma catequese radical para afirmar ou até mesmo reafirmar que, no movimento dele, as relações mútuas

devem ser diferentes e diferenciadas. Lucas, portanto, não somente mostra Jesus interessado na proclamação da boa notícia do Reino; vai além da proclamação do querigma, ao inserir em suas palavras as exigências do amor cristão. De fato, de pouco valor seria um movimento no qual seus integrantes fossem absolutamente responsáveis quanto ao querigma e completamente irresponsáveis no cuidado com o próximo.

Os discípulos são chamados a ser guias de outras pessoas. Todavia, como poderiam guiar os outros se não conhecem o caminho a fazer e a direção a seguir? Guiar pessoas exige clareza tanto dos caminhos interiores quanto dos caminhos exteriores. Por isso, é possível também concluir que a máxima sobre um cego guiar outro cego se relaciona como a máxima sobre não julgar; dessa forma, cego seria aquele que não consegue reconhecer os próprios defeitos, isto é, alguém incapaz de elaborar uma autocrítica. Assim, a expressão “o discípulo não é maior do que o mestre” veicula uma mensagem mais profunda, ao mostrar que o mestre (aquele que guia) precisa ter uma visão bem cristalina, pois, afinal, o discípulo depende de seu mestre para fazer o caminho. Possivelmente os vv. 39-40 fazem clara referência à instrução no interior da comunidade cristã.

As exigências se centralizam nas relações mútuas entre os próprios cristãos. De fato, a proibição de julgar os outros, de criticá-los, pode ser considerada uma aplicação do conselho do amor mútuo. Reparar no cisco nos olhos do outro expõe a crueldade das relações interindividuais mal construídas. Indica, portanto, uma limitação maior daquele que não vê em si mesmo o que procura encontrar como falta no outro. Somente quem consegue superar as próprias falhas e limitações pode construir uma visão verdadeiramente suficiente para ajudar os seus semelhantes. Por isso, em sua catequese no movimento dos discípulos, Jesus proíbe o desejo

Amoris lætitia: sobre o amor na família

Exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco



208 págs.

A alegria do amor que se vive nas famílias é também o júbilo da Igreja. Apesar dos numerosos sinais de crise no matrimônio, “o desejo de família permanece vivo, especialmente entre os jovens, e isso incentiva a Igreja”.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



que alguém possa ter de corrigir os outros antes de haver aplicado a si mesmo as mesmas normas de correção.

A metáfora das árvores que Lucas utiliza nos vv. 43-44 é emprestada das leis da natureza e facilmente compreendida no âmbito do comportamento moral. O fruto como imagem de ações boas ou más não é invenção do evangelista; de fato, já a encontramos no Antigo Testamento, em textos como Os 10,13, Is 3,10, Jr 17,10 e 21,14.

“A boca fala daquilo que o coração está cheio” é sentença que leva a refletir sobre o que se armazena no coração. Aquilo que se extrai do coração – tanto o que produz o bem quanto o que produz o mal – é sempre um ato segundo; afinal, o ato primeiro será, invariavelmente, aquilo que se armazenou com antecedência.

III. Pistas para reflexão

Uma das expressões mais importantes para os discípulos e discípulas de Jesus pode ser resumida nas palavras “progredir sempre”. Não nascemos prontos. Talvez por isso encontramos, em nossas leituras, metáforas que se relacionam com o crescimento. Assim, o discípulo é aquele que se encontra permanentemente em processo. Não se contenta em apenas dar alguns passos ou produzir alguns frutos. Sente-se incomodado ao se perceber como menos quando poderia ser mais. No sentido específico da palavra, o discípulo não é medíocre, ou seja, não é “mediano”. Ele, por se saber sempre em processo de construção, não se contenta em ser mediano. Com efeito, ao seguir Jesus Cristo, não podemos nos relacionar com ele com base em migalhas. Nesse processo, ou nos entregamos totalmente a ele, ou não nos entregamos.

Segundo o Evangelho de Lucas, as exigências do discipulado estão centradas nas relações mútuas entre os próprios cristãos. É necessário, nesse sentido, compreender que

a presença de Jesus promove dupla construção em seus seguidores: produz não só íntima e necessária relação com ele como mestre, Senhor e salvador, mas também íntima e necessária relação de comunhão uns com os outros, a fim de que a vida de Cristo brilhe em meio aos relacionamentos.

Muito possivelmente, poderíamos resumir a mensagem de Cristo desta forma: somos definidos pela maneira como nos relacionamos. Em conformidade com essa possibilidade, algumas perguntas são necessárias para a nossa reflexão:

– Se somos definidos pela maneira como nos relacionamos, como nos definimos?

– Se somos definidos pela maneira como nos relacionamos, como as outras pessoas nos definem?

1º Domingo da Quaresma

10 de março

Responsabilidade e protagonismo de cada cristão

I. Introdução geral

Ser protagonista exige responsabilidade. Muito mais fácil é permanecer na dependência dos outros e deixar que decidam tudo quanto for necessário. Por causa dessa acomodação, muitos deixam de ser senhores de si mesmos e abandonam a autonomia que lhes é própria. Deus, quando se insere na história dos escravos no Egito, age como protagonista, libertando-os. Todavia, o protagonismo divino abre as portas para que os escravos se sintam estimulados a assumir eles mesmos, a partir desse momento, o protagonismo de sua vida. Deus lhes dá um projeto e uma terra. Mais do que isso, concede-lhes a possibilidade de se assumirem e construírem



na terra prometida um projeto de liberdade que nasceu, para eles, do próprio Deus.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Dt 26,4-10

A primeira leitura representa não somente uma confissão de fé, como também um itinerário espiritual. O povo se encontrava numa jornada que incluía desde o desaparecimento até a escravidão, seguida de requintes de violência, situação na qual não parecia haver nenhum tipo de esperança de que um dia a vida iria melhorar. Em meio à brutalização da vida e à antecipação da morte, os escravos clamaram a Deus, e o seu clamor foi ouvido por ele. Aflição, sofrimento e opressão ameaçavam e, na verdade, punham abaixo não somente o presente, mas também o futuro do povo. Deus irá manifestar-se na periferia do Egito e ao lado daqueles que se encontravam submetidos e derrotados.

No entanto, a inserção de Deus na história dos escravos não deve ser vista como analgésico para amenizar as dores de cada um deles. Ao se manifestar junto aos escravos e contra o rei do Egito, Deus apresenta um projeto de vida abundante em outra terra, tendo eles mesmos como protagonistas de nova sociedade. Diante da libertação provocada por Deus, somente resta ao povo se prostrar diante dele e agradecer todas as coisas boas que realizou.

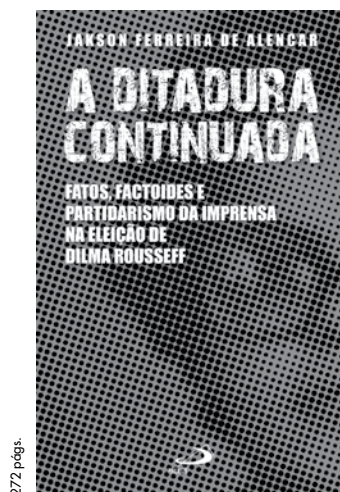
2. II leitura: Rm 10,8-13

A segunda leitura nos mostra que o apóstolo Paulo se opõe a viver a vida cristã de forma esquizofrênica. Para ele, deve haver coerência entre a fé confessada com os lábios e a fé vivida no coração. A fé deve ser vivida de forma integral. De fato, ela atinge a pessoa toda, fazendo que dê frutos no cotidiano. Coração e lábios estão juntos num projeto de vida que leva a viver como se já não houvesse barreiras.

A ditadura continuada

Fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff

Jakson de Alencar



A obra relembra que o golpe militar e a maior parte do regime tiveram o apoio da mídia, mostrando que a continuidade dos laços da imprensa com o autoritarismo apareceu de maneira clara quando Dilma Rousseff, uma ex-militante da resistência à ditadura, concorreu à presidência do país. Com esse viés, o título analisa o caso da ficha falsa e seus desdobramentos, a pré-campanha e a operação segundo turno daquelas eleições. Além do olhar crítico em relação à postura da grande mídia, o livro destaca a atuação positiva de muitos *blogs* que fizeram contrapontos e derrubaram versões produzidas pela mídia politicamente conservadora, enfraquecendo a forma autoritária de cobertura da eleição.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



O relacionamento com Deus não é construído segundo um processo mágico, mas unicamente por meio da obediência à sua vontade, que não se prende a coisa alguma. Além disso, a vida cristã não combina com as injustiças; isto é, o que fazemos no templo não pode ser acompanhado por injustiças praticadas no dia a dia. A celebração a Deus não combina com a realidade diária daqueles que manifestam duplicidade de comportamento e, por isso, não vivem uma existência autêntica. Para Paulo, o comportamento diário é o critério para a autenticidade do culto. Certamente o que acontece nas ruas profana ou não a nossa condição de discípulo.

Nesse novo projeto de vida, a igualdade entre todos os povos se faz sentir de modo seguro e verdadeiro. A confissão de fé, ao invocar o nome do Senhor, garante que a pessoa será salva mediante a responsabilidade e o protagonismo de cada indivíduo em sua relação com Jesus. Na verdade, estamos diante de uma responsabilidade intransferível e inegociável.

3. Evangelho: Lc 4,1-13

É cheio do Espírito Santo que Jesus enfrenta três dos maiores desafios de qualquer ser humano: a fome, que se apresenta como a possibilidade da satisfação de uma necessidade básica, a segurança religiosa e o desejo irrefreável de poder. Pensemos também que, diante das tentações, Jesus responde com a Escritura. Seu incisivo “está escrito” permite compreender um eficiente processo de catequese. Diante das grandes questões que desestabilizam homens e mulheres em todos os tempos e lugares, Jesus traz a Palavra de Deus para dentro da vida. Em meio ao caos que as tentações desejam instalar, ele combate cada uma das tentações com a libertação que vem da Palavra e não permite aprisionamentos. Responde com segurança, e a segurança vem das Escrituras. “Está escrito” revela muito mais do que poderíamos imaginar; revela que Jesus tinha

plena consciência da necessidade de sempre estar preparado e alicerçado na Palavra de Deus. Se as tentações parecem fortes e têm o poder de desestabilizar, necessário se faz buscar forças e fundamentos numa palavra eterna.

São três tentações que atingem Jesus em cheio. Não se trata, porém, de tentações episódicas e homeopáticas. Na verdade, perseguem o ser humano ao longo de toda a sua história e, por isso, são tsunâmicas. Possuem força tão avassaladora, que, ao longo da história da civilização, podemos encontrar muitos desastres ocasionados exatamente como frutos delas. Portanto, as tentações não são somente para Jesus, mas também para toda a humanidade. Todo homem e toda mulher são suas vítimas, levando-os a desejar o indesejável. Envolvem-nos de tal maneira, que nos perdemos completamente. Jesus, ao vencê-las, aponta para a possibilidade que temos de fazer o mesmo caminho. Reagir às tentações de forma diferente de Jesus levará cada um a sucumbir diante delas. Bom seria se a vida não as oferecesse. Certamente tudo seria mais fácil, e mais facilmente viveríamos a vida cristã. Todavia, elas se manifestam sem aviso prévio. Não sabemos quando e em que lugar se apresentarão. Sendo assim, antes que sejamos engolidos pelas tentações e nos vejamos perdidos no olho do furacão, talvez seja necessário e prudente nos anteciparmos aos dias maus e vivermos plenamente o projeto de Jesus em nossa vida, pois ele mesmo foi tentado em tudo, mas em tudo foi vencedor.

Jesus enfrenta os desafios e não se faz de vítima. Poderia muito bem apelar para a fragilidade física que se apresentava após 40 dias de jejum. Fraco e esgotado fisicamente, seria uma vítima fácil! Todavia, a aparente fraqueza e esgotamento não são nada se comparados com duas expressões que fazem toda a diferença: Jesus estava “cheio do Espírito Santo” e “no Espírito” era conduzido pelo deserto. É justamente no momento em que Jesus parece ser mais fraco que ele é mais forte!

III. Pistas para reflexão

– Na experiência do povo do êxodo, Deus se manifestou desde a periferia do Egito. Em meio àqueles/as destinados a morrer antes do tempo e a viver marcados pela dor e pelo desespero, aí Deus fez seu lugar preferencial. Aqueles que haviam sido esquecidos pelos governantes e por seus deuses foram objeto preferencial e solidário do amor divino. Desde a periferia existencial, econômica e social dos escravos/as é que se dá a mais bela das experiências da ação de Deus na história. Ele caminha pelas periferias do mundo. E por onde vão nossos passos?

– Uma das tentações mais fortes e mais prejudiciais ao povo de Deus é a tentação do poder. Não conseguimos compreender como o poder, na dimensão evangélica, está extremamente ligado ao serviço. Podemos até mesmo sair vencedores em dois dos três *rounds* das tentações. No entanto, fazemos questão de sucumbir diante da tentação do poder. Afinal, desejamos o poder e lutamos por ele. Queremos ser os melhores e, como melhores, exercer a autoridade. É provável que ainda hoje queiramos ser como aqueles discípulos que desejavam assentar-se um à direita e outro à esquerda de Jesus. Para esses, o mais importante não é Jesus e o seu projeto, mas o poder pelo poder!

2º Domingo da Quaresma
17 de março

Quando Deus conduziu Abraão para “fora da caixa”

I. Introdução geral

Uma das nossas maiores dificuldades é cristalizarmos nossos pensamentos e formas

A felicidade e a realização humana no trabalho

Elementos fundamentais à luz da Doutrina Social da Igreja

Anderson Francisco Faenello



144 págs.

O trabalho é meio privilegiado de o ser humano expandir-se em sua humanidade e relacionar-se com o mundo, com os irmãos e com o próprio Deus. Hoje, entretanto, os grandes valores suscitados pelo trabalho estão sendo desfeitos, em vista de uma felicidade ilusória, insatisfeita, pautada sobre desejos egoístas (capitalistas/liberais), satisfações hedonistas e de bem-estar econômico. Seguindo os ensinamentos da Igreja sobre a questão social, este livro busca confirmar o aspecto positivo do trabalho: gerador de felicidade e de realização humana.

Ingressos meramente ilustrativos.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



de ser e de viver. Cristalizamos de tal maneira, que até Deus parece ser incapaz de alterar. Vivemos engessados e, por isso, temos dificuldades de pensar “fora da caixa”. Tudo parece já bem decidido e refletido. Não damos espaço a novas possibilidades, novas descobertas, novos caminhos, novos estudos, novas percepções. Em determinado momento da vida de Abraão, Deus o chamou para sair de si mesmo, para sair de sua terra, para sair de sua tenda, para ver, de maneira nova, o céu que já havia visto inúmeras vezes. Deus sempre deseja que vejamos de forma diferente. Pensar fora da caixa é permitir-se estar aberto às muitas surpresas de Deus.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Gn 15,5-12.17-18

Deus conduziu Abraão para fora de sua tenda não apenas para que visse algo novo, mas também para que pensasse algo novo, isto é, para que pensasse fora da caixa! Uma das maiores dificuldades é nos considerarmos, de fato, filhos e filhas de Deus. Muitas vezes não acreditamos em Deus como deveríamos. Quando erguemos os olhos ao céu, precisamos também acreditar que o Deus que criou a multidão incontável de estrelas é o mesmo que verdadeiramente caminha junto a nós e dentro de nós. Acreditar é empenhar a vida. É se projetar em Deus. Não é apenas um sentimento que passa pelo coração; tem algo de prático, que nos leva a dedicar o que somos ao próprio Deus. Não é mero exercício mental. Novamente o texto revela a fragilidade de Abraão. As situações se tornam difíceis. Nem sempre temos controle sobre os fatos que ocorrem em nosso dia a dia. Quando são imprevisíveis e desestabilizam o que somos e o nosso ambiente, essas experiências geram em nós um sentimento de pânico.

Abraão está vivendo uma situação muito complicada. O medo está sendo gerado em seu coração numa velocidade vertiginosa. So-

mos frágeis! Não somos tão fortes quanto pensávamos. Às vezes, podemos até nos apresentar como fortes e fazer cara de fortes. Isso, contudo, não dura muito tempo. O normal é termos consciência da fraqueza humana. Se somos fracos, é forte quem nos acompanha. Essa é a experiência de Abraão. Não há problema quando alguém se sente muito fraco ou com medo. O ruim é a pessoa se sentir com muito medo e se esquecer de que junto a ela está alguém todo-poderoso, que supre a fraqueza humana com a sua força divina. Não é errado sentir medo, não é pecado. Não podemos, porém, ser reféns do medo, só porque ele tem a força de nos paralisar e nos impedir de caminhar pelos lugares para onde Deus nos convida. O medo impede que pensemos, sonhemos, acreditemos nas coisas de Deus. Até pode inviabilizar o projeto do Pai.

Faz-se necessário que repensemos o que somos, ao vivermos essas experiências negativas. Abraão sente medo, mas não vai viver com medo a vida toda. Episodicamente, ele tem experiências de medo. Muito mais do que isso, no entanto, tem a certeza de que o Deus que o acompanha é aquele que garante coragem sobre o medo e poder sobre a fraqueza. Um texto que demarca a experiência cotidiana de Abraão: “o sol se pôs e veio a noite”. Deus se relaciona conosco na ordem do cotidiano. As experiências que temos com Deus se inserem na ordem do dia. Para nos relacionarmos com ele, não podemos negar a história de nossa vida ou negar o mundo em que vivemos. No dia exato, Deus novamente aparece e se insere na nossa vida; acontece, então, uma experiência significativa.

Uma orientação clara do texto: Deus fala em meio ao nosso cotidiano. Onde vamos procurar Deus? Devemos procurá-lo no dia a dia. Acontece um episódio muito particular. Deus estabeleceu uma aliança conosco. Vem do alto dos céus e se insere na história do ser humano, caminha com ele como companhei-



ro e faz uma aliança. Não é só diálogo, vai muito além. Não apenas conversa, não joga conversa fora... Faz uma aliança, um acordo, que nos leva a viver uns para os outros, uns se doando aos outros. Não é apenas para vivermos uma experiência (ainda que seja uma experiência maravilhosa). Deus se envolve em nossas experiências de vida. Quer que sejamos seus filhos e filhas. É algo muito mais profundo. É algo que faz a diferença entre sermos filhos bem conhecidos de Deus. Conhecer a Deus significa fazer aliança com ele.

2. II leitura: Fl 3,17-4,1

Imitar a Paulo porque ele é imitador de Jesus. Paulo apóstolo frequentemente se apresenta como modelo. Sabe que tem algo a oferecer. Nem sempre é fácil ou simples apresentar-se como modelo aos outros. No entanto, em que perspectiva Paulo será modelo? Podemos observar que o v. 18 nos ajuda a responder. É modelo pelo caminho da cruz que escolheu. Muitos outros escolhiam o caminho da facilidade, do comodismo e da glória pessoal. Paulo, ao contrário, escolheu o caminho da humilhação, do sofrimento, do esvaziamento de si próprio. Nesse sentido, o apóstolo, como discípulo que era, reproduzia em si os mesmos sentimentos que havia em Jesus. Isto é ser discípulo: trazer na própria vida as marcas/características que lembram o Cristo. Cada discípulo, de fato, deveria reproduzir em si mesmo, em seu modo de viver, os mesmos sentimentos existentes em Jesus. Dessa forma, seremos modelos uns para os outros.

3. Evangelho: Lc 9,28b-36

Em certa ocasião, Jesus levou três discípulos seus para rezar: Pedro, Tiago e João. Foram até a montanha, que, na tradição do povo de Deus, é lugar privilegiado para manifestações divinas. Quando Jesus estava rezando, aconteceu uma mudança espetacular: o rosto dele mudou de aparência e sua roupa ficou branca e brilhante. Além disso, duas outras pessoas

apareceram e conversavam com ele: Moisés e Elias. Conversavam a respeito do conflito final que, no texto, é tomado como “êxodo”.

Depois de acordar de sono profundo, Pedro entra na conversa e dá sinais de que não estava sintonizado com o projeto de Jesus. Poderia um discípulo, mesmo após um tempo considerável, não compreender os planos do mestre? Parece justamente esse o caso de Pedro. O texto bíblico é de clareza impressionante: “Ele não sabia o que estava dizendo”.

“Mestre, é bom estarmos aqui”, diz Pedro. Ele reconhece a experiência sublime que está vivendo. Na verdade, se pudesse, o apóstolo congelaria esse momento para eternizá-lo. É o momento em que a antiga e a nova aliança estão presentes. Dois grandes personagens da antiga aliança se apresentam memoravelmente. Pedro, Tiago e João são testemunhas privilegiadas desse evento. Pedro, contudo, fala mais rápido do que pensa: “Vamos armar três tendas: uma para ti, uma para Moisés e outra para Elias”.

Ele se deixou encantar com o que via e resolveu acomodar todos no alto da montanha. Nem mesmo se mostrou incomodado com a falta de uma tenda pessoal. Que Jesus, Moisés e Elias ficassem bem acomodados, contanto que fosse no alto da montanha. O grande problema é que Pedro, ao fixar o olhar no alto da montanha, se esqueceu da missão que deveria acontecer na cidade. Qual seria a relevância de um evangelho restrito a poucas pessoas no alto de uma montanha?

Talvez o apóstolo esperasse, com essa atitude, desviar Jesus de sua missão. No entanto, uma voz celeste afirmou: “Este é o meu Filho escolhido. Ouçam-no!”. Para Jesus, a missão devia realizar-se em meio ao conflito do cotidiano, e não no bem-estar que privilegia alguns poucos. Pedro queria trocar o conflito pelo conforto de uma visão celestial, enquanto Jesus queria que suas palavras e ações fossem relevantes na história do povo pobre que o seguia.



O verdadeiro discipulado não é aquele que se esconde em visões celestiais, e sim o que assume as contradições da história, encarnando os valores do evangelho.

III. Pistas para reflexão

– Deus nos fala em meio ao cotidiano. Por isso se faz necessário sermos bons intérpretes da realidade, a fim de o encontrarmos justamente aí. Muitas vezes, temos predileção por um evangelho que nos desconecta da vida e nos faz perder nossas raízes. Deus, porém, revela-se dentro da história. Por isso é necessário valorizar o cotidiano como lugar privilegiado de encontro com Deus. Sim, ele nos chama para vivermos um evangelho integral na história, assumindo-a, ao construirmos nela o Reino.

– Vivemos numa sociedade que, a todo momento, produz modelos e os expõe 24 horas por dia. No entanto, são modelos que não se sustentam, porque são frágeis e artificiais. A quem devemos imitar? Quais modelos devemos eleger para orientar a vida de nossos filhos? É claro que Jesus é o modelo mais bem-acabado que pode existir e que vale a pena imitar. Paulo descobriu essa verdade e o imitava. Por isso, podia dizer com toda a convicção: sejam meus imitadores. Quanto a nós, poderíamos dizer a mesma coisa?

3º Domingo da Quaresma
24 de março

A desgraça da inutilidade

I. Introdução geral

Certa vez, Jesus passou diante de uma figueira e percebeu que nela não havia fruto algum. Depois de um tempo, passou novamente e, mais uma vez, não encontrou absolutamente nada. Qual é a utilidade de uma

árvore frutífera que não produz frutos? Às vezes, quando restringimos essa experiência de Jesus ao universo das árvores, pouco nos incomodamos. E se, porém, em vez de árvores, pensássemos que Jesus está diante de cada um de nós à procura de frutos? Qual seria a ação dele?

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Ex 3,1-8a.13-15

Estamos no monte Horeb (também conhecido como Sinai), “a montanha de Deus”. Nesse local, Moisés viverá uma experiência extraordinária, que o marcará para o resto da vida. Ele é atraído pela manifestação divina e não acredita no que seus olhos veem: um arbusto que queima e não se consome. Nesse momento, contudo, recebe uma advertência: deve tirar as sandálias dos pés, porque o lugar em que se encontra é terra santa. Moisés é um errante que está fugindo de si e dos outros. Contudo, nesse encontro, Deus lhe reaviva a memória, dizendo: “Eu sou o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó”. Não era um deus ligado ao império egípcio, que promovia escravidão e morte; não era uma divindade que legitimava os atos violentos do império.

O Deus que falara com os antepassados de Moisés continuava falando. Agora, fala dentro de uma situação de profunda dor: “Vi a aflição do meu povo... Ouvi seu clamor por causa dos opressores, conheço-lhe o sofrimento e por isso descí para libertá-los”. Moisés é chamado por Deus para ser parceiro no processo de libertação.

Qual é a grande e surpreendente descoberta de Moisés? Depois de tantos anos na corte egípcia e de tantos outros como pastor, aprende que Deus está atento ao sofrimento do povo. Não é somente um Deus que fala. Trata-se de um Deus que ouve e age; que não permanece numa zona de conforto, enquanto o povo sofre toda sorte de violências que



antecipam a morte. Além disso, é um Deus que vê o que acontece com os escravos: seus olhos estão voltados para os que sofrem, para as vítimas do reino das trevas, representado, nesse momento, pelo império egípcio.

Deus desce, mas não como os deuses do faraó, que, ao descerem, permanecem ao redor daquele que tem o poder e promove seu reino à custa de milhares de vítimas. Deus desce em direção à periferia do Egito e se solidariza com os oprimidos; identifica-se com os escravos e cria para eles nova possibilidade histórica numa terra que mana leite e mel, onde poderão construir nova sociedade, caracterizada por relações que já não sejam marcadas pela violência e pela escravização, e sim pela solidariedade e pela fraternidade.

2. II leitura: 1Cor 10,1-6.10-12

Há, na segunda leitura, clara orientação de Paulo aos coríntios: devem caminhar recordando a história da salvação. Para isso, o apóstolo segue uma ordem: nuvem (cf. Ex 13,21), mar (cf. Ex 14,21), maná (cf. Ex 16,4), água (cf. Ex 17,6), revolta (cf. Ex 32,6). A caminhada da libertação do povo havia sido marcada pela ambiguidade; por isso, ao fazer memória da história, Paulo deseja reavivar os coríntios e comparar a história da peregrinação pelo deserto com a experiência atual da comunidade. Pedagogicamente, demonstra que os crentes coríntios poderiam cair em adversidades tão fortes quanto as dos israelitas no deserto.

Paulo faz belíssima releitura da história de Israel, para atualizá-la na comunidade de Corinto. Assim, a nuvem e o mar prefiguram o batismo; o maná e a água da rocha simbolizam a presença constante de Cristo, que acompanha as comunidades. Profundamente realista, Paulo não faz somente boas comparações, mas passa a aplicar à realidade do povo de Deus em Corinto os fatos negativos do deserto, a saber: não cair na cobiça (v. 6), na idolatria (v. 7), na impureza (v. 8), na ten-

tação a Deus (v. 9) e na murmuração (v. 10). O que determina a vida cristã não é a autossuficiência, mas a atitude de dependência diante de Deus.

3. Evangelho: Lc 13,1-9

A parábola tem como função principal causar certo impacto no ouvinte e arrancar uma resposta. Não há, diante de uma parábola, a possibilidade de ficar neutro; é necessário que o ouvinte responda! Na parábola da figueira estéril, encontramos três referenciais: o dono da parreira, Deus; o cultivador de uvas, Jesus; a figueira estéril, o povo judeu.

A audiência dessa parábola eram os judeus que, apesar de sua pompa religiosa, deixavam de lado o espírito de arrependimento. Eles achavam que, pelo simples fato de morarem em Jerusalém, seriam superiores a todos os outros, assumindo um comportamento radicalmente condenado por Jesus (cf. Lc 13,4-5).

Aquela figueira era marcada pela esterilidade. Nos três primeiros anos, esperava-se que a árvore crescesse (cf. Lv 19,23). No entanto, já eram passados seis anos (cf. v. 7) do seu plantio e, como não produzira nada, confirmando sua esterilidade, não cumpria sua missão. Há um propósito específico para a figueira, assim como há para cada diferente árvore frutífera. No caso da figueira, seu propósito consiste em produzir figos. Para a da parábola, não bastava fazer sombra e abrigar pássaros. Afinal, qualquer árvore podia abrigar pássaros em seus galhos e fazer sombra. Aquilo que era específico da figueira, próprio de sua natureza, ou seja, produzir figos, não acontecia.

A natureza de uma árvore é conhecida pelos frutos que produz (cf. Mt 7,16). À semelhança da figueira estéril, os judeus, chamados por Deus para testemunhá-lo, não estavam exercendo sua missão. Ao contrário, com sua falsa religiosidade, impediam que as pessoas se relacionassem com Deus. Não se apresentavam, portanto, como elos



de comunhão, e sim como empecilhos. Nelles não se encontravam o perdão (cf. Mt 18,35), a misericórdia (cf. Mt 9,13) e a justiça (cf. Lc 11,42).

O drama vivido pela figueira não se relacionava com a qualidade de sua sombra nem, muito menos, com a beleza de suas folhas. O problema estava na ausência permanente de frutos. A árvore é conhecida pelos frutos que produz, e a ausência de frutos impede a verdadeira identificação de sua natureza. Nesse caso, ela perde seu sentido de existir; torna-se inútil.

O problema da esterilidade da figueira não estava, portanto, em sua aparência, e sim na sua raiz, no seu coração. O viticultor (Jesus) acena com esperança para recuperar a figueira estéril, dando tratamento às raízes. Sem dúvida se trata de ação recheada de esperança e graça. Jesus se apresenta como o cultivador que quer fazer algo excepcional e não costumeiro, ou seja, quer tentar a última ação possível. Não se trata necessariamente de uma declaração de julgamento, mas sim de conversão. A misericórdia de Deus chega a ponto de suspender a decisão de castigar que já fora tomada. Em Jesus encontramos profunda graça e misericórdia, que faz nosso coração se converter e produzir frutos em abundância.

III. Pistas para reflexão

– Pelo fruto os conhecereis, disse certa vez Jesus. Uma árvore boa não pode produzir frutos ruins, e uma árvore ruim não pode produzir frutos bons. Se estamos inseridos em Jesus, damos bons frutos. Trata-se, no final, exatamente disto: qual o fundamento de nossa vida? Quais frutos produzimos por causa de nossa dependência do Senhor? Com que tipo de árvore somos assemelhados? Será que não vivemos marcados pela esterilidade e as pessoas não encontram fruto algum em nós?

– O Deus que se revela nas Escrituras não é um *iceberg*. É um Deus que se relaciona e,

por isso, vê, conhece, ouve e visita seu povo, para libertá-lo. Não se trata de um Deus insensível, que se acomoda numa zona de conforto. Ele está atento ao sofrimento do seu povo e age a favor dele. Deus não é marcado pela passividade e pela apatia. Nele encontramos ação libertadora e coração generoso.

Aíla Luzia Pinheiro Andrade

4º Domingo da Quaresma

31 de março

É necessário celebrar a reconciliação

I. Introdução geral

Nas leituras de hoje, há um convite para a celebração e para a reconciliação. Nesse convite, está implícita a necessidade de mudarmos nossa visão sobre Deus e, consequentemente, nossa relação com ele. Deus não é como o faraó do Egito, e nós não devemos manter com ele uma relação interesseira, mas de amor gratuito e filial. Somente à luz desse novo olhar para Deus é que poderemos compreender o modo pelo qual ele atua na história. Enquanto pensarmos que somos justos, faremos mau julgamento das pessoas que não seguem nossos padrões religiosos. Agindo assim, seremos incapazes de sentir a necessidade de reconciliação com Deus e com o próximo.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. Evangelho: Lc 15,1-3.11-32

Em Lc 15 está a chave de interpretação da obra de Jesus: Deus sai em busca do perdido. Os vv. 1-3, introdutórios, apresentam o contexto e a motivação das parábolas. Os cobradores de impostos e os pecadores se apro-

ximam de Jesus para ouvi-lo, enquanto os fariseus e os escribas criticam a atitude de Jesus, que toma refeição com os pecadores. Sabe-se que participar da mesma mesa significa comungar das ideias e do estilo de vida. Ao partilhar a refeição com os pecadores, Jesus põe em jogo sua reputação de homem de Deus. Mas as parábolas que ele contará vão contrapor-se às murmurações dos seus adversários, mostrando a ação do Pai, que se reflete na atuação de Jesus.

O texto se divide em duas cenas: o filho mais jovem (15,11-24) e o filho mais velho (15,25-32). Estas são unidas pela ação do pai, o protagonista de todo o relato. O ponto central é o encontro com o pai, comentado pelo refrão que sela toda a cena: “Este meu filho estava morto e tornou a viver, estava perdido e foi encontrado” (15,24).

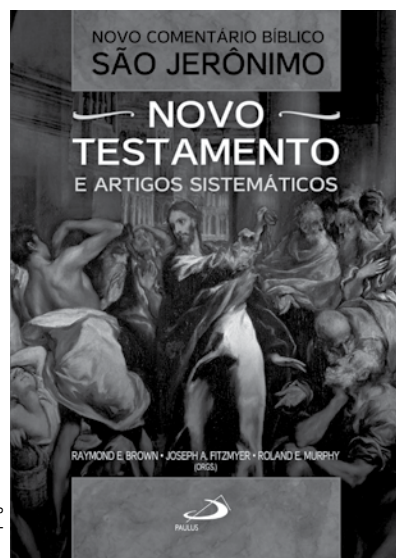
Os vv. 11-16 narram a situação do filho mais novo, sua emancipação e o desperdício de sua herança. A herança não significa exatamente bens materiais, mas tudo o que sustenta a vida. O filho mais novo se distancia, rompe com o pai; vai para uma terra longínqua, dissipa os bens e, finalmente, chega a uma situação desumana, pois cuidar dos porcos é o nível mais baixo que um judeu poderia descer em sua dignidade. Fato mais agravante é nem sequer poder alimentar-se da ração destinada a esses animais.

Os vv. 17-21 narram o processo de retorno à casa paterna. Inicialmente, com a tomada de consciência sobre a vida digna que poderia ter na casa do pai como empregado. A lembrança da fartura é contraposta à sua situação de fome e miséria. Num primeiro momento, é a fome que o impele a voltar para casa. Sabe-dor de seu erro, porém, reconhece que não é digno de ser acolhido como filho. Por fim, recordando-se da bondade do pai, que não maltratava seus empregados, retorna em busca de pão. O pai, ao avistá-lo, corre-lhe ao encontro, movido de compaixão, envolve-o num abraço e cobre-o de beijos – ou seja, acolhe-o como

Novo Comentário Bíblico: São Jerônimo

**Novo Testamento
e artigos sistemáticos**

Raymond E. Brown, Joseph A. Fitzmyer e Roland E. Murphy (orgs.)



1800 págs.

Concisão, objetividade e clareza são apenas algumas das características dos artigos deste comentário, destinado não só a exegetas e teólogos, mas também a pregadores, missionários, catequistas, cientistas de outras áreas do conhecimento e aos que buscam informações consistentes e abalizadas sobre o livro da Palavra de Deus.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



filho amado. Ordena aos empregados que tragam roupa nova, joia e sandália, para que o filho seja restituído em sua dignidade filial. Em seguida, exige que se celebre o retorno à vida. É a alegria pelo pecador que foi convertido, pelo perdido que foi encontrado. Aqui se justifica a atitude de Jesus de partilhar a refeição com os pecadores.

Nos vv. 25-32 entra em cena o filho mais velho. Ele se ressentia porque o pai acolheu o filho mais novo sem reservas. O ressentimento o leva a manter-se fora, a não comungar com a atitude paterna, e por isso até critica o pai. Este sai ao encontro desse filho também e suplica-lhe que entre, pois é necessário alegrar-se e festejar o retorno do filho mais jovem. Contudo, o filho mais velho está enciumado, porque não mantém com o pai uma relação afetiva, mas sim servil.

A narrativa termina com um convite para celebrar o retorno do pecador arrependido. Jesus mostra que o Pai sai em busca dos perdidos e festeja porque são resgatados. Essa era também a atitude de Jesus e deve ser a nossa.

2. I leitura: Js 5,9a.10-12

Embora o Senhor tenha sido sempre fiel, a aliança ficou parcialmente interrompida por causa da desobediência daqueles que saíram do Egito. Conforme o v. 9, a entrada na terra prometida faz que Deus remova definitivamente a vergonha do povo. Considerando a expressão “opróbrio dos egípcios”, os mestres judeus interpretam que os egípcios escarneciam dos hebreus peregrinos no deserto, duvidando de que Deus lhes cumprisse a promessa.

A Páscoa não havia sido celebrada no deserto. Agora, nova geração de hebreus reconcilia-se com Deus, retomando a aliança e o projeto divino. A celebração da Páscoa na terra prometida é renovação da aliança e reinaugura o processo histórico salvífico para o povo de Deus. Na festa da Páscoa, os hebreus celebram, principal-

mente, a gratuidade do Senhor, que os amou e os libertou da escravidão, os alimentou e lhes deu uma terra onde pudessem viver com dignidade.

Portanto, o texto enfatiza esse novo começo, essa nova etapa na vida e na história de Israel que implicava uma ruptura com a desobediência do deserto. A celebração da Páscoa atualiza, ritualmente, a libertação da escravidão, mas também serve para fazer memória da história, aprender com os erros e solidificar a fidelidade a Deus.

Além de enfatizar a reconciliação na celebração da Páscoa, o texto ressalta que os hebreus comeram do produto da terra e depois disso o maná cessou (cf. vv. 11b e 12a). Esse detalhe mostra uma mudança. O povo passou do maná providenciado durante a peregrinação no deserto para o alimento que era fruto da terra. Assim como o maná, o fruto da terra é símbolo da provisão generosa de Deus, agora de forma diferente, porque a etapa histórica também é diferente.

Os hebreus estavam na terra da qual Deus havia dito que manava leite e mel, e a palavra de Deus se cumpria agora que provavam dos frutos dessa terra fértil, onde poderiam viver com dignidade. O povo confirmava a generosidade do Senhor e o total cumprimento de suas promessas.

A posse da terra prometida exigia um povo renovado, distinto do que estava no Egito, com um estilo alternativo de viver, como uma nova humanidade. Era a consolidação das relações entre Deus e seu povo e a afirmação da identidade de povo de Deus. Por isso era necessário celebrar.

3. II leitura: 2Cor 5,17-21

A reconciliação descrita nesse capítulo exige uma vida nova e diferente. Os vv. 16-21 ressaltam que o começo dessa vida nova é marcado pelo modo como julgamos os outros. A sociedade atual avalia as pessoas pela aparência, pela cultura, pela inteligência, pe-

las posses e por sua habilidade em manipular as circunstâncias. No âmbito religioso, há a tendência de julgar os menos engajados ou os desengajados da Igreja como “pessoas do mundo” e de má conduta.

Paulo declara enfaticamente que a perspectiva do cristão, ao ver todas as coisas, deve ser a mesma de Jesus. O apóstolo é credenciado para afirmar isso porque houve um tempo em que ele julgou erroneamente os seguidores do Messias.

Os vv. 17-19 salientam que em Cristo todas as coisas são velhas e agora tudo é novo, e isso ocorre por causa da graça de Deus, que reconciliou o mundo inteiro consigo. Estar “em Cristo” (v. 17a) representa uma relação íntima, e Paulo a expressa com o termo “nova criatura” (v. 17b). Falar de nova criação era a maneira usual com que se descrevia um prosélito judeu (alguém que se convertia ao judaísmo). Esse conceito adquiriu um sentido mais profundo. Os cristãos são novas criaturas porque, “em Cristo”, são pessoas renascidas que assumem atitudes novas por meio de um espírito novo.

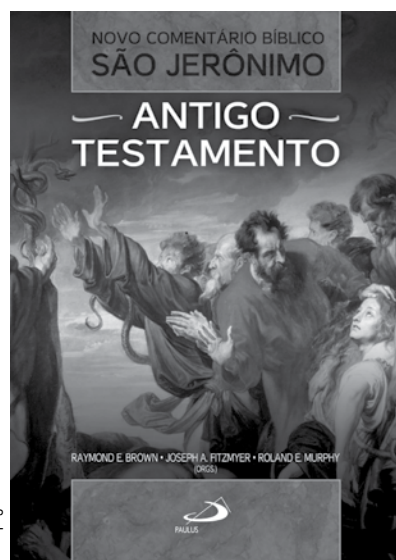
Por Cristo, Deus criou nova humanidade; tudo vem de Deus, ele é o autor da salvação. O impacto da sua obra redentora é a reconciliação (v. 18). O verdadeiro significado da reconciliação é que Deus tomou a iniciativa de perdoar ao ser humano por seus crimes, faltas, hostilidade, rebelião e pecado. A iniciativa foi sempre de Deus.

Na reconciliação, o perdão é essencial. Deus não considerou nossas transgressões (v. 19b), mas tomou a iniciativa de perdoar. Quando alguém experimenta a reconciliação com ele, é natural que queira reconciliar-se com seu semelhante. Além disso, Deus “nos deu o ministério da reconciliação” (v. 18c). Somos portadores e agentes que têm a obrigação de realizar a reconciliação entre a humanidade e Deus; conseqüentemente, a reconciliação se torna possível e necessária entre os seres humanos.

Novo Comentário Bíblico: São Jerônimo

Antigo Testamento

Raymond E. Brown, Joseph A. Fitzmyer e Roland E. Murphy (orgs.)



1264 págs.

O *Novo Comentário Bíblico – São Jerônimo* é uma verdadeira enciclopédia bíblica, na qual, além de uma introdução e um comentário a cada um dos livros bíblicos, encontram-se também artigos mais amplos concernentes à História de Israel, à teologia bíblica e à hermenêutica. Obra indispensável para qualquer biblioteca de teologia.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Deus pôs em nossas mãos a palavra de reconciliação e espera que sejamos seus mensageiros (cf. v. 19c). A reconciliação não é iniciativa nossa, mas é algo que Deus realizou por meio de Cristo (cf. v. 20). O Senhor pôs de lado tudo aquilo que significava distanciamento a fim de proclamar a paz entre o Criador e a criatura. O evangelho é boa notícia, a reconciliação realizada por Deus merece e deve ser proclamada à humanidade inteira.

Paulo nos leva ao ápice do ministério cristão com a declaração de que “somos embaixadores de Cristo” (v. 20a). O papel do embaixador é singular, porque está credenciado pela autoridade que o enviou. Deus nos delega como embaixadores para a obra reconciliadora.

III. Pistas para reflexão

Enfatizar que nossa condição de cristãos não nos identifica com o filho mais velho, cumprimento dos mandamentos, mas sim com o filho pecador e necessitado de perdão. Procurar fazer que cada pessoa da assembleia se identifique com o filho mais novo, porque somente assim será possível celebrar a nossa libertação definitiva do pecado e da morte na Páscoa do Senhor.

5º Domingo da Quaresma
7 de abril

O verdadeiro louvor é ajustar-se à vontade de Deus

I. Introdução geral

O termo *justiça*, na Bíblia, denota conformidade com um padrão. Significa amoldar-se à vontade de Deus com base na Escritura. Justiça, portanto, é a qualidade de estar conforme com o que Deus espera do ser humano. Basicamente, o justo é descrito como al-

guém que faz a vontade de Deus em relação ao outro. Os textos de hoje chamam a atenção sobre o que é a verdadeira justiça ou sobre o que agrada a Deus e lhe dá louvor.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. Evangelho: Jo 8,1-11

Os fariseus querem uma prova concreta para incriminar e prender Jesus. Este retorna ao Templo para ensinar a multidão presente naquele lugar. Enquanto ensinava, os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério e, recorrendo à Lei de Moisés, inquiriram-lhe sobre que sentença daria (cf. v. 6). Naquele tempo, o adultério não era considerado somente a relação sexual. Aquele mulher poderia apenas ter se insinuado para um homem, e isso já a identificava como adúltera. Nesse contexto, uma pessoa pode adulterar sozinha (cf. Mt 5,27; Jesus aplica essa lei também para o homem).

Os fariseus põem Jesus à prova, pois, de um lado, não poderia ficar contra a Lei, o que seria um pretexto para acusá-lo de blasfêmia, e, de outro, era de conhecimento público sua misericórdia para com os pecadores.

Jesus, de imediato, não responde, parece ignorá-los. Sabe que a preocupação de seus interlocutores, nesse momento, não é saber a vontade de Deus para ajustar-se a ela, mas apenas ter algo concreto para incriminá-lo. Quando insistem, Jesus responde de forma inesperada, modificando o enfoque da questão e envolvendo-os no assunto: “Quem dentre vós não tiver pecado atire a primeira pedra”. Nessa reviravolta, Jesus não recusa o juízo de Deus, mas deseja que os fariseus o apliquem primeiramente a si mesmos. Como o conceito de adultério era muito mais amplo naquela época que nos dias atuais, então os interlocutores já não têm como continuar com a acusação sobre a mulher, visto que também são culpados, ainda que não tenham sido surpreendidos anteriormente.

Não tendo como continuar, cada um vai embora, começando pelos mais velhos – os mais prudentes. Assim, Jesus fica a sós com a mulher e lhe dirige a palavra, perguntando se alguém a condenou. Diante da resposta dela, ele afirma que também não a condena. A mulher é despedida de forma imperativa por Jesus, que lhe ordena que não volte a pecar.

Jesus se revela, nesse episódio, como o enviado do alto que mostra o rosto misericordioso de Deus, mas também o seu juízo. A justiça do ser humano é, principalmente, condenatória, diferente do juízo de Deus. A justiça de Deus é feita de perdão e de orientação para a mudança de vida. Na atitude de Jesus para com a mulher pecadora, não transparece apenas a sua identidade messiânica e profética, posta em xeque pelos fariseus, mas, sobretudo, a fé da mulher, que confiou no seu juízo e por isso saiu justificada. Também transparece a incredulidade dos que se recusam a enxergar o testemunho de Jesus, o enviado do Pai.

2. I leitura: Is 43,16-21

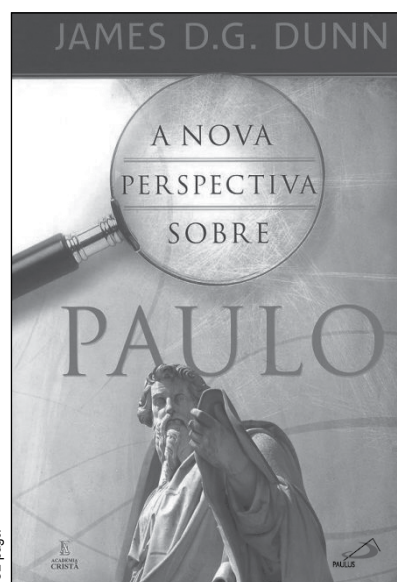
O texto descreve o retorno do povo de Deus à terra prometida, depois do exílio na Babilônia, como um grande evento, comparável unicamente à travessia do mar durante a saída do Egito (cf. vv. 16-17). No mesmo texto, contudo, Deus promete fazer coisas maiores ainda (cf. vv. 18-19). O Senhor fará algo novo, e os eventos salvíficos do passado – embora não devam ser esquecidos, porque a revelação é progressiva – não devem ser lembrados numa perspectiva saudosista.

O Deus libertador que abriu um espaço no mar para o povo passar é o mesmo que fará um caminho no deserto. Isso não deve ser tomado ao pé da letra, mas compreendido como atos salvíficos de Deus em favor de seu povo.

Abrir um caminho no deserto, em vez de contorná-lo, significa que Deus tem urgência

A nova perspectiva sobre Paulo

James D. G. Dunn



752 págs.

A nova perspectiva sobre Paulo consiste no mais sério desafio à interpretação tradicional dos escritos paulinos desde os tempos de Lutero e Calvino. Restrita quase inteiramente aos círculos protestantes e evangélicos, ela pretende oferecer uma leitura mais natural e histórica de Paulo, embora defenda que a leitura que os reformadores fizeram do apóstolo não passou de uma projeção dos atributos negativos do catolicismo do século XVI sobre o judaísmo do primeiro século. O livro aborda essas e outras questões.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



em fazer o povo voltar para a terra de sua herança. As caravanas que saíam da Babilônia em direção a Israel levavam muito tempo contornando o deserto.

Deus não se limitará a libertar o seu povo, mas cuidará dele como no passado, fazendo surgir rios no deserto, onde antes tinha feito brotar água da rocha. A repetição ampliada das maravilhas do êxodo do Egito é testemunha de que Deus escolheu e constituiu um povo (cf. v. 20) para o seu louvor (cf. v. 21).

Toda a criação é atingida pelos atos salvíficos de Deus em favor do ser humano. Isso é mostrado simbolicamente quando o autor afirma que os animais do deserto agradecem a Deus (cf. v. 20) porque, na sua infinita misericórdia, o Senhor supre a sede do povo durante a viagem de volta à terra prometida.

Esse simbolismo do louvor dos animais está em contraposição ao louvor do ser humano endereçado a Deus. Na concepção bíblica, o verdadeiro louvor consistia em um sacrifício de ação de graças (cf. Lv 7,12), cujo aspecto fundamental era uma conduta reta, ajustada à vontade de Deus (cf. Sl 50,23). Palavras bonitas endereçadas a Deus, mas unidas a obras injustas, faziam o louvor não ser aceito (cf. Sl 50,13.23b).

3. II leitura: Fl 3,8-14

Paulo dirige-se aos filipenses para exortá-los a configurar a vida deles à de Cristo, em perfeito ajustamento à vontade de Deus. Para reforçar suas palavras, o apóstolo usa sua história pessoal. Nos versículos anteriores ao texto da liturgia de hoje, ele faz uma lista de seus títulos dentro do judaísmo. A verdadeira intenção dessa postura do apóstolo é mostrar aos seus destinatários que a sua fé em Jesus Cristo o tinha levado a uma mudança radical de vida e de perspectiva. O encontro com o Ressuscitado o fez considerar de forma totalmente

diferente tudo o que antes eram coisas importantes para ele.

Paulo descobriu que conhecer e agradar a Deus é o mesmo que entregar-se a Cristo, viver como ele viveu e, se necessário for, morrer como ele morreu. Essa é a verdadeira justiça, que vem da fé, não do legalismo.

Depois de ter se dado conta da riqueza que é a verdadeira justiça, ou seja, a configuração da própria vida à de Cristo, o apóstolo se conscientiza de que ainda há longo caminho a percorrer, pois ainda não chegou à perfeição, isto é, à maturidade cristã. Contudo, sua união com Cristo o leva a avançar, tendo em vista esse alvo almejado. Essa união inclui a participação nos sofrimentos de Jesus como parte do processo de maturidade cristã. Sofrimento é algo que todo ser humano experimenta, mas sofrer unido a Cristo significa ter participação também na sua ressurreição.

Trata-se de santidade ativa, ajustamento ao que Deus espera do ser humano por meio da configuração a Cristo. Não se trata de esforço para comprar a salvação mediante um relacionamento com Deus baseado na retribuição. Antes, significa uma resposta à salvação, dom de Deus, dada com a própria vida, fazendo dela um louvor agradável a Deus.

III. Pistas para reflexão

Aproxima-se a Páscoa, e Deus nos convida a mostrar em nossa conduta a conversão. Esse convite vem a nós, de forma especial, por meio do perdão e da misericórdia que nos são dados na eucaristia, o sacrifício de louvor que representa a totalidade da vida de Jesus em cumprimento da vontade do Pai. Comungar do Corpo e do Sangue de Cristo é comungar de sua vida, morte e ressurreição. Não podemos participar da eucaristia e viver em conformidade com valores diferentes dos assumidos pela existência terrestre de Jesus.



Domingo de ramos

14 de abril

Humilde e obediente até a morte, e morte de cruz

I. Introdução geral

As leituras de hoje destacam a humildade como fundamento da obediência. Ser humilde é despojar-se do orgulho. É tornar-se uma pessoa integrada, que sabe lidar com todas as coisas e situações de forma harmoniosa. O orgulho desarmoniza, faz pessoas, ideias, objetos e situações ocupar o lugar de Deus na vida do ser humano, tornando-o escravo de um ídolo. A palavra “obediência”, nos idiomas mais antigos, significa “prestar atenção”, “dar ouvidos”. A obediência de Jesus ao Pai significa, antes de tudo, que Jesus levou ao cumprimento pleno o projeto de amor de Deus para com o ser humano. Nem mesmo nos momentos difíceis, voltou atrás no que ensinou e no que mostrou na própria vida a respeito de Deus e de seu Reino de fraternidade universal. Nem mesmo a tortura da cruz o fez desistir de mostrar às pessoas quem é o Pai e qual a proposta dele ao ser humano. É nesse sentido que a cruz de Jesus é sinal de humildade e obediência.

II. Comentários aos textos bíblicos

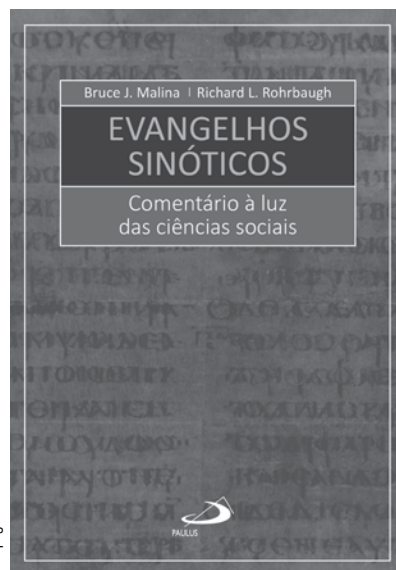
1. Evangelho: Lc 22,14-23,56

A paixão de Jesus tem sua antecipação profética no relato da ceia. Chegada a hora de sua saída para o Pai, Jesus põe-se a cear com seus discípulos. Essa última refeição que toma com os seus revela-se a prefiguração de sua entrega a Deus e da conclusão de sua

Evangelhos sinóticos

Comentário à luz das
ciências sociais

Bruce J. Malina e Richard L. Rohrbaugh



Para entender com profundidade a Bíblia, é preciso conhecer bem o seu contexto social. Mas como os leitores contemporâneos podem compreender esse contexto se foram modelados pela experiência de viver em países ocidentais do século XX? Pensando nisso, a PAULUS lança Evangelhos Sinóticos: comentário à luz das ciências sociais, uma rica análise histórica da Bíblia, enraizada nos sistemas sociais do antigo mundo mediterrâneo.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



missão. Por isso, ela é cheia de significados. A morte de Jesus não é um fracasso, um caminho sem saída, mas inauguração da paz e salvação plena na presença de Deus. É consequência de sua vida, de sua doação plena ao projeto de salvação operado por Deus na história humana. É a manifestação do Reino de Deus, ou seja, da justiça e fidelidade. É o cume do anúncio do Reino, proclamado desde a Galileia, o qual foi o programa de toda a sua atuação pública. Por isso, ao dizer “desejei ardentemente”, Jesus quis dar um significado à sua morte iminente. Ela é promessa de restauração da humanidade decaída. Nessa promessa, Jesus associa os discípulos a um gesto retomado do banquete judaico, inserindo os seus no mesmo destino: o destino de alguém que enfrenta a morte na firme esperança de antecipar a realeza de Deus no mundo e na história.

Após a ceia, Jesus vai ao monte das Oliveiras e, como de costume, ora ao Pai, princípio e fonte de seu ministério. Ao vislumbrar o destino que o aguarda, ele recorre ao Pai. Na agonia, pede que lhe afaste o cálice do sofrimento. Mantém-se, porém, fiel à vontade de Deus. Não uma vontade desejosa da morte de seu Filho, mas vontade que revela o amor fontal e fiel de Jesus àquele de quem tudo recebe. Em nome desse amor, Jesus permanece firme até o fim. E, movido por esse amor, enfrenta os que o capturam. É com esse amor e fidelidade filial que enfrenta a traição de Judas, a negação de Pedro, a dor e a humilhação infligidas a ele por aqueles a quem fora enviado: seu povo.

No Sinédrio, Jesus é rejeitado de forma definitiva pelos líderes do seu povo. Diante do Sinédrio, o evangelista estabelece a posição e a identidade de Jesus em face da autoridade judaica. Sua identidade é apresentada de forma progressiva: o Cristo (cf. 22,67), o Filho do homem, glorificado à direita de Deus (cf. 22,69), o Filho de Deus (cf. 22,70). Na expressão “Filho de Deus” está presente a

profissão de fé cristã. O Filho do homem foi humilhado e menosprezado pela humanidade, mas agora está glorificado por Deus como um Messias-rei (cf. Sl 110,1).

Após ser rejeitado pela liderança religiosa, Jesus é submetido ao poder político, que, apesar de estar ciente de sua inocência, o condena. Acusado de rebeldia e subversão, Jesus é entregue à morte. Na obstinação dos sumos sacerdotes, dos magistrados e da multidão em condená-lo, transparece a total rejeição ao projeto de Deus realizado no homem de Nazaré. A morte de Jesus situa-se ao final de uma série de infidelidades e rebeliões obstinadas contra o projeto de Deus ao longo da história.

No caminho da cruz, Jesus deixa entender que, na sua morte violenta, se decide o destino do povo de Deus e da humanidade. O julgamento histórico de Deus abater-se-á sobre a cidade de Jerusalém, símbolo da humanidade infiel e rebelde aos apelos dos profetas.

Jesus é crucificado entre malfeitores. O que veio para buscar os perdidos encontra-se agora entre eles, partilhando da mesma sorte. Aqui, revela-se o rosto salvador de Deus. O libertador de Israel não tira o Messias da cruz nem o livra da vergonha e da violência, contudo permanece fiel ao amor também na situação mais extrema.

A inocência de Jesus é reconhecida por um dos criminosos ao seu lado. E este proclama sua total confiança em Jesus. A resposta do Filho de Deus é uma afirmação solene da salvação já hoje, da salvação escatológica que começa no hoje da história humana. Então o pecador arrependido pode escutar a “Boa-Nova”, o evangelho da salvação, que consiste na comunhão com Jesus no Reino dos justos. É com este último gesto de solidariedade que Jesus dá a salvação a quem crê e se converte.

Após sua morte, a ação de Deus é reconhecida pelo centurião, ao proclamar que Jesus era um homem justo. A morte não é, porém, o fim e nos lança para o que acontecerá no amanhecer do primeiro dia da semana.

2. I leitura: Is 50,4-7

O texto mostra que, apesar dos sofrimentos, o Servo está empenhado em obedecer à vontade divina. Está qualificado para a obra que Deus o destinou a realizar. Essa qualificação transparece em duas afirmações:

1) Ele tem uma língua hábil para instruir as pessoas de sua época cansadas e desanimadas. A “língua hábil” significa que as palavras são pronunciadas por alguém que é uma autoridade no que diz, em vez de ser um “blá-blá-blá” sem consistência. A habilidade para fazer isso vem de uma relação íntima com Deus.

2) Ele tem ouvido de discípulo e toda manhã recebe a instrução vinda de seu contato com Deus. É alguém que está alerta, atento, acordado; é isso que significa a expressão “cada manhã”.

Enfim, ter a língua hábil e o ouvido atento constitui o missionário competente, que antes é discípulo dócil.

Os vv. 5-6 mencionam o sofrimento, fruto do desempenho do discípulo missionário. Os mesmos versículos asseguram que, apesar das muitas dificuldades, o Servo mantém uma constância destemida e leva a cabo a obra para a qual foi escolhido.

O Servo não se rebelou, isto é, não voltou atrás em sua missão quando a resposta às suas palavras de consolo aos desanimados foi a perseguição e a violência. Há uma descrição da dor e da vergonha que ele passou: foi açoitado, esbofeteado, teve a barba arrancada, foi insultado e cuspid. Naquela época, ter a barba arrancada era um dos maiores graus de dor e de vergonha para o homem oriental. Nenhuma dessas afrontas fez o Servo desistir de sua missão.

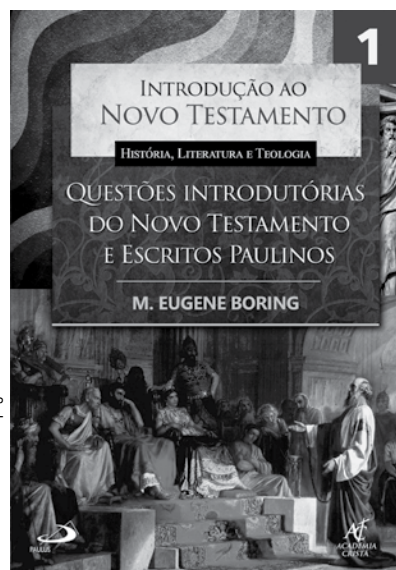
O texto deixa entrever que o Servo poderia ter evitado esse sofrimento se tivesse voltado atrás na sua missão (cf. v. 5). Várias expressões mostram isso: apresentar as costas, oferecer o queixo, não desviar o rosto.

Passar por todo esse sofrimento sem voltar atrás só foi possível porque o Senhor era

Introdução ao Novo Testamento: História, Literatura e Teologia – Volume 1

Questões introdutórias do Novo Testamento e Escritos Paulinos

M. Eugene Boring



750 págs.

Defendendo que todo o Novo Testamento é um conjunto formado pelos gêneros Carta e Evangelho, inclusive o Apocalipse, M. Eugene Boring elabora esta Introdução ao Novo Testamento, obra monumental e referencial no que tange aos estudos do NT. É um livro que vem marcar a segunda década deste terceiro milênio e certamente colabora muito com os estudos sobre o Novo Testamento.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



aliado do Servo. Por causa dessa cumplicidade com o Senhor, o Servo não fracassou em sua missão (cf. v. 7).

3. II leitura: Fl 2,6-11

Esse texto, um hino litúrgico inserido em um contexto missionário e pastoral, tem em vista a práxis cristã, e não abstrações sobre a essência de Deus.

A primeira parte do hino (vv. 9-11) se refere à atitude de Jesus, a qual deve ser tomada como exemplo por todos os cristãos.

Nesse texto bíblico, encontramos um resumo da história da salvação. Jesus foi visto pela maioria dos seus contemporâneos apenas como um homem simples do povo. No entanto, ele pertencia também a outra esfera: era de condição divina (cf. v. 6). Tornou-se humano, como tal viveu e morreu (cf. vv. 7-8), e foi exaltado junto a Deus (cf. vv. 9-11).

A ideia central do texto é que Cristo não quis apoderar-se da divindade ou usurpá-la, mas, sendo de condição divina, estava disposto a renunciar aos privilégios inerentes a ela em favor do ser humano.

É para essa atitude de desprendimento em relação à grandeza divina que Paulo chama a atenção de seus destinatários. Jesus se despojou dos privilégios específicos da natureza divina e adotou a postura de um servo. Essa atitude de serviço e obediência, até mesmo diante do tipo de morte mais vergonhoso em sua época, significa que Cristo não usou as prerrogativas divinas em favor de si mesmo.

A disposição para o despojamento em favor do ser humano é o que Paulo está propondo como critério para a vida cristã.

Esse Jesus, que se humilhou até a morte na cruz, Deus o exaltou e lhe submeteu o universo em todas as suas dimensões. A menção de todos esses aspectos da história da salvação tem por objetivo fazer que os cristãos aprendam a viver com o mesmo desprendimento, a mesma consideração pelo ser humano e a mesma obediência a

Deus que caracterizaram aquele a quem seguem: Jesus Cristo.

III. Pistas para reflexão

Evitar falar da paixão de Cristo como se esta fizesse parte de um plano sádico de Deus Pai com o objetivo de lavar os pecados da humanidade. Deus é amor infinito e não teria sentido esse tipo de atitude para com seu próprio Filho. O plano de salvação de Deus foi a encarnação de Jesus e a elevação da humanidade por meio de toda a vida e ação dele; porque Jesus assumiu muito bem esse plano e decidiu não se arredar dele nem sob as piores ameaças e riscos, os poderes políticos, econômicos e religiosos contrários o crucificaram. Também evitar culpar grupos judaicos ou o império romano pelo acontecido a Jesus, pois todos eles estão no passado temporal. Ao contrário, ressaltar que, na condenação de Jesus, se manifesta o orgulho de todo ser humano e sua rebelião contra o projeto de amor e fraternidade do Pai.

Os Roteiros Homiléticos do Tríduo Pascal (Quinta-feira Santa; Sexta-feira Santa e Vigília Pascal) podem ser acessadas no site da revista: vidapastoral.com.br

Domingo da Páscoa

21 de abril

Os sinais da ressurreição de Cristo

I. Introdução geral

Nas Sagradas Escrituras, um sinal não é simplesmente um evento milagroso, mas algo que aponta para uma realidade de significado mais amplo. Por analogia, é como um sinal de trânsito, que serve para orientar os viajantes na estrada, de sorte que ninguém erre o caminho ou corra risco de acidentes. Um sinal na estrada faz-nos



chegar a nosso destino sem incorrer em nenhum dano. Nos textos bíblicos, os sinais indicam que Deus está realizando algo que não é percebido por quem não fez a experiência de fé e amor. Os sinais não servem como provas ou argumentos lógicos para convencer ninguém, porque somente podem ser percebidos por quem faz a experiência de fé e amor. É esta que indica que um acontecimento comum é sinal da ação de Deus.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. Evangelho: Jo 20,1-9

O trecho divide-se em duas cenas no cenário do sepulcro: a visita de Maria Madalena (vv. 1-2) e a visita dos discípulos (vv. 3-9).

Na manhã do primeiro dia da semana, antes da alvorada, Maria Madalena vai ao sepulcro, vê a pedra removida e volta correndo para avisar os discípulos. Ela não entra, mas suspeita de que o corpo do Senhor tenha sido roubado.

Diligentemente, Pedro e o outro discípulo correm ao sepulcro. Ambos saem juntos, mas é o outro discípulo que chega primeiro e se inclina para ver as faixas mortuárias. Ele não entra; espera que Pedro seja o primeiro a entrar e o segue para o interior do sepulcro. O Discípulo vê e crê. O Evangelho de João atribui ao Discípulo Amado a fé na ressurreição de Jesus pela primeira vez.

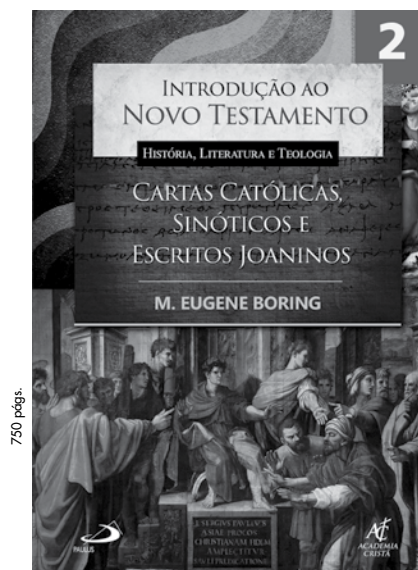
Observe-se que a forma de ver de Pedro é diferente da do outro discípulo. Pedro vê, mas não crê, ainda que seu ver denote disposição para tal. Ao passo que o “ver” do outro discípulo acompanha a fé, indica a compreensão exata e a verdadeira tomada de consciência. Este ver é propiciado pelo amor. Somente o amor possibilita ver, nos sinais da ausência do corpo, a presença do Ressuscitado. Por isso o Discípulo crê imediatamente.

Em João, crer tem o sentido de compreensão do mistério – no caso, a ressurreição de Jesus, cujos sinais, para serem compreendidos, exigem adesão da fé. Aqui os sinais são o túmulo vazio e as faixas deixadas não de qualquer jeito, mas dobradas.

Introdução ao Novo Testamento: História, Literatura e Teologia – Volume 2

Cartas católicas, Sinóticos e Escritos Joaninos

M. Eugene Boring



Neste segundo volume da Introdução ao Novo Testamento, o autor se debruça sobre as cartas católicas, os sinóticos e os escritos joaninos. Além de toda a parte específica de cada livro do Novo Testamento, ele também apresenta uma primeira parte, bastante ampla, sobre questões introdutórias referentes ao tema, com diversos mapas, fotos e quadros ilustrativos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



O evangelho quer ressaltar a prontidão do Discípulo para discernir os vestígios do Senhor ressuscitado. No entanto, o final do texto nos apresenta algo importante. No processo de compreensão da fé no Ressuscitado está presente a Escritura, na qual se atesta a ressurreição. Somente compreendendo a Escritura é que se poderá chegar ao verdadeiro crer, sem a necessidade do ver. Eles tiveram de ver para crer. Mas o evangelho quer transmitir à sua comunidade que, se tivessem entendido as Escrituras, não necessitariam do ver.

O evangelho afirma que o itinerário da fé se baseia nas Escrituras e no testemunho dos apóstolos. Entretanto é, em última análise, o amor que conduz o discípulo pelo itinerário da fé.

2. I leitura: At 10,34a.37-43

Esse relato trata da primeira vez em que Pedro se dirigiu a ouvintes não judeus. O texto faz um resumo da vida de Jesus (cf. vv. 37-41), a quem Deus constituiu juiz dos vivos e dos mortos (cf. v. 42), e do testemunho dado pelos profetas a respeito de tudo isso (cf. v. 43).

Aos judeus foi destinada, em primeiro lugar, a mensagem do evangelho (cf. v. 36). Mas agora o anúncio do Reino é endereçado a todas as pessoas. Quando Pedro reconhece que Deus não faz acepção de pessoas, isso não quer dizer que antes pensasse o contrário, pois tal noção está escrita em Dt 10,17. O que se está afirmando é que, até então, Pedro pensava, como os demais judeus, que os gentios tinham de sujeitar-se à circuncisão e a outros ritos da Lei de Moisés para somente depois terem acesso às bênçãos messiânicas. Para todo judeu, os gentios, por mais simpatizantes que fossem do judaísmo, eram sempre impuros em relação ao aspecto do culto.

Agora Pedro admite que Deus purificou os gentios e que os apóstolos, testemunhas da ressurreição, receberam o encargo missionário de anunciar a Boa-Nova a todos os povos.

3. II leitura: Cl 3,1-4

Nós ressuscitamos com Cristo, afirma o primeiro versículo desse texto. Primeiramente, a ressurreição é tratada como realidade que começa já neste mundo, no tempo presente. Posteriormente é que se destacará a ressurreição como acontecimento do fim dos tempos.

Quem faz a experiência da ressurreição deve mudar a conduta de vida e também os conceitos intelectuais: “Cuidai das coisas do alto, não do que é da terra”, afirma o v. 2. Não se trata de orientação para que a Igreja seja “alienada”. Quer dizer que nossa vida é regida pela vitória de Cristo sobre o pecado e a morte, em contraste com o dispêndio de energias em valores contrários ao Reino de Deus. Significa que a Igreja deve ter as aspirações determinantes de suas ações embasadas nos ensinamentos e na vontade daquele que agora está entronizado à direita de Deus.

Quando a Igreja valoriza demasiadamente certos aspectos pouco relevantes para o seguimento de Jesus, encontra-se buscando as coisas da terra. Quem morreu para o pecado recebe a vida nova, a ressurreição, algo que não é visível ao olho natural, e por isso a mudança de vida não é compreendida por quem observa tudo apenas pela ótica intelectual. Mas haverá um momento em que a vida ressuscitada será visível e palpável para todos, na segunda vinda de Cristo com poder e glória.

III. Pistas para reflexão

Ressaltar que os “sinais” são revelações indiretas dadas pelo Senhor, em contraste com o modo exato de comunicação realizado em nosso cotidiano. Nesse tipo de revelação, situações do dia a dia são carregadas de um excesso de significado que desperta a curiosidade das pessoas. Os “de fora” da comunidade percebem “algo mais” quando observam o estilo de vida cristã. É nesse sentido que a Igreja é luz, sal e fermento para o mundo. Resta saber se, olhando para nossa vida, “os de fora” conseguem receber a revelação de Deus.

2º Domingo da Páscoa
28 de abril

Testemunhas da ressurreição

I. Introdução geral

As leituras de hoje apresentam três temas importantes: a realidade da ressurreição, a confissão de fé, a relação entre ver e crer. A experiência do encontro com Jesus ressuscitado leva o discípulo a professar: Meu Senhor e meu Deus! A profissão de fé resume a caminhada de Israel e da Igreja. Todos os sinais que perpassam a Escritura pedem do leitor uma profissão de fé como a de Tomé.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho: Jo 20,19-31

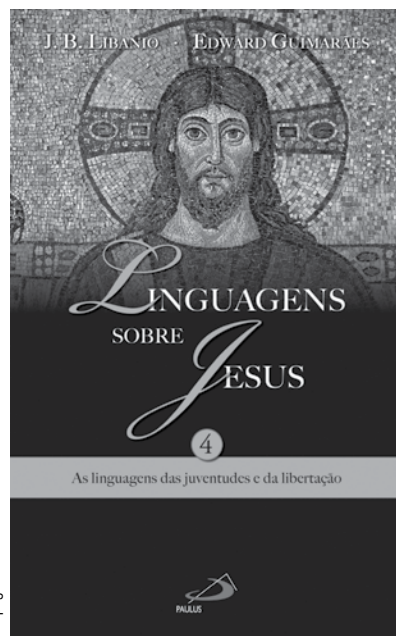
Na tarde daquele mesmo dia (o da ressurreição), Jesus aparece aos discípulos reunidos. Tomé está ausente. O Ressuscitado dá-se a conhecer, dá-lhes o Espírito e o poder de perdoar o pecado, fazendo que os apóstolos sejam investidos para continuar a sua missão.

“Vimos o Senhor”, dizem os apóstolos a Tomé, mas este não lhes dá crédito. Com essa expressão atribuída aos apóstolos, encontramos o primeiro testemunho eclesial e o que-rigma da ressurreição.

Tomé não crê no testemunho dos discípulos e pretende uma constatação pessoal – simboliza a pessoa que precisa ver para crer. Muitos outros, durante o evangelho, pediram de Jesus milagres para crer em sua pessoa. Jesus, porém, disse-lhes que não teriam outro sinal senão o de Jonas. Esse sinal é dado agora: Cristo ressuscitado está no meio de sua comunidade. Tomé quer atestar sua fé vendo e tocando Jesus. Mas o evangelista chama a atenção para o *crer sem ver*, baseado no testemunho dos discípulos.

Linguagens sobre Jesus 4 – As linguagens das juventudes e da libertação

J. B. Libanio e Edward Guimarães



160 págs.

Há uma enorme pluralidade de linguagens a nos mostrar a diversidade de perfis juvenis. Este livro percorre essa maravilhosa gama de falas. Sonda os jovens do tempo de Jesus. Concentra-se, porém, nos de hoje, com sua diversidade de personalidades. Em seguida, avança na reflexão sobre a linguagem da libertação de Jesus, focada na relação entre Ele e o Reino de Deus.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-4214

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



No domingo seguinte, Jesus aparece novamente aos discípulos, desta vez na presença de Tomé, a quem repreende pela incredulidade. Jesus mostra-lhe as mãos e o lado para certificar-lhe que o Ressuscitado é o Crucificado, mas está diferente, vive em nova realidade, além do tempo e do espaço.

O medo transforma-se em alegria. A paz e a alegria são dons do Cristo ressuscitado e, ao mesmo tempo, condição para reconhecê-lo. Jesus realiza as promessas feitas aos discípulos, enviando sobre eles o Espírito. A missão a que são destinados continua a missão de Jesus (cf. 17,18). Como o Pai enviou seu Filho para perdoar os pecados, assim Jesus envia os discípulos. Ao soprar sobre eles (cf. v. 22), expressa a ideia de criação renovada. O Espírito recria a comunidade dos apóstolos e descerra suas portas para a missão.

2. I leitura: At 5,12-16

O relato é uma descrição resumida da vida das primeiras comunidades. Os milagres realizados pelos apóstolos ratificam a assistência do Espírito Santo à comunidade, confirmando com sinais a palavra anunciada pelos apóstolos.

A menção ao “pórtico de Salomão” destaca a proclamação do evangelho, já que esse local, no Templo de Jerusalém, ficava no átrio dos gentios e era destinado à instrução.

O número dos fiéis crescia cada vez mais (cf. v. 4), e o evangelho despertava o interesse das cidades vizinhas, dando ocasião para que a Igreja se expandisse para além de Jerusalém, estendendo-se pela Judeia.

3. II leitura: Ap 1,9-11a.12-13.17-19

A expressão “dia do Senhor”, no Antigo Testamento, significa principalmente a intervenção de Deus por meio do Messias, no fim dos tempos. Para o Novo Testamento, a ressurreição de Cristo inaugurou os últimos tempos, que já estão presentes, embora ainda não tenham chegado à plenitude.

No “dia do Senhor”, o Espírito Santo fez que João, homem atribulado por causa da palavra e do testemunho, contemplasse a atuação do Ressuscitado na Igreja.

A comunidade dos seguidores de Jesus em sua totalidade, simbolizada pelo número sete, recebe a luz de Cristo e a reflete para o mundo. A visão do Filho do homem em meio ao candelabro de ouro assegura a presença do Ressuscitado em sua Igreja até o fim dos tempos.

Seus cabelos brancos simbolizam a eternidade. Seus olhos “como chamas de fogo” representam a visão penetrante, ou seja, seu conhecimento de realidades não percebidas por mais ninguém. Essas realidades escondidas ao olho natural é que serão reveladas ao ser humano.

Os pés de bronze simbolizam a sua estabilidade inabalável. As sete estrelas são os líderes das comunidades em sua totalidade. Eles estão amparados na mão direita do Ressuscitado, que sustenta e mantém a sua Igreja.

O Filho do homem diz palavras de consolo: “Não temas!” (v. 17). Sua natureza é divina: ele é o “primeiro e o último”, título de Deus no Antigo Testamento (cf. Is 44,6; 48,12).

O texto afirma que o Filho do homem esteve morto, é o crucificado, mas venceu a morte e possui a vida eterna. Seu domínio se estende sobre os céus, sobre a terra e sobre o reino da morte. Ele controla a história.

III. Pistas para reflexão

Felizes os que creem sem ter visto, pois confiam nas testemunhas da ressurreição de Cristo. As pessoas de todos os tempos e lugares encontram nas Escrituras o testemunho dos apóstolos. Isso, contudo, não dispensa um encontro pessoal e íntimo com o Ressuscitado. Esse encontro se dá nos locais onde ele está presente de maneira mais profunda: a liturgia da Igreja (culto eclesial), a liturgia do coração (adoração a Deus em âmbito pessoal e interior) e a liturgia da vida (apostolado, compromisso com o outro). ●